

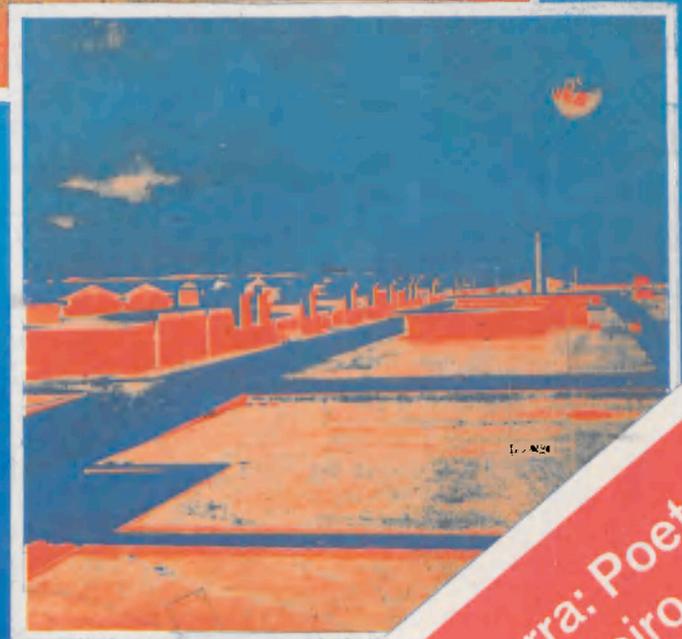
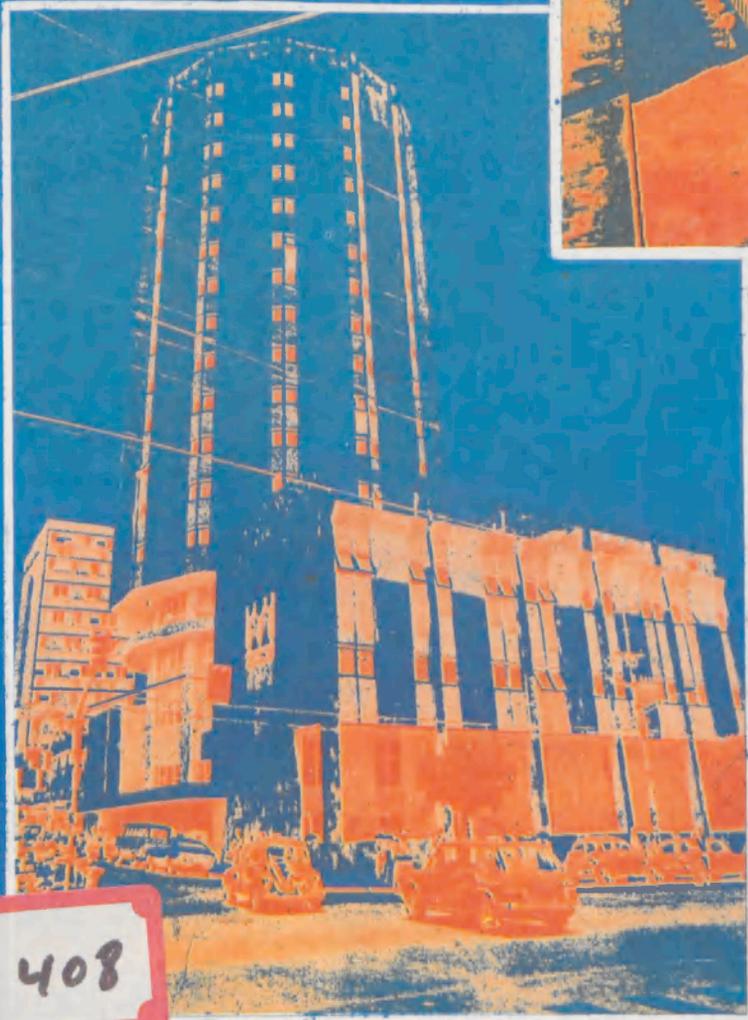
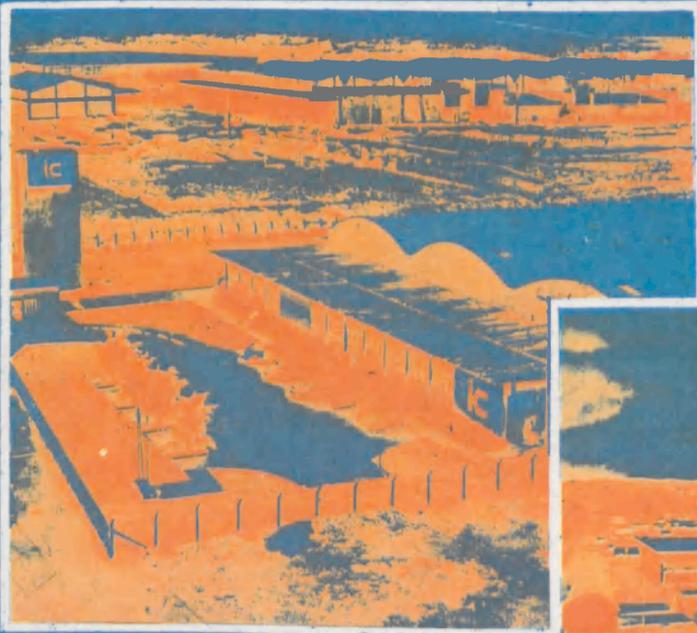
RN ECONÔMICO

SAD

REVISTA MENSAL PARA HOMENS DE NEGÓCIOS

ANO VIII — N.º 82 — MAIO/77 — CR\$ 15,00

EMPRESAS DA UEB VÃO PERMANECER NO RN



408

Theodorico Bezerra: Poeta
Político e Hoteleiro

RIO DE JANEIRO **BRASILIA** **EDUARDO GOMES**

Um banco que realmente cresce chega às grandes praças sem, no entanto, esquecer as suas origens.

O nosso Banco é do Rio Grande do Norte até no nome.

Do Rio Grande do Norte para representar os seus interesses fora. Em outras praças.

Do Rio Grande do Norte também ao se fazer presente em todas as regiões do Estado, ajudando o desenvolvimento. Participando do progresso. Financiando a produção. Auxiliando o comércio.

A inauguração, no dia 29 de abril, da décima sexta Agência do BANDERN, em Eduardo Gomes, não é um fato isolado. É ítem de uma política de crescimento harmônico, cujo objetivo é fazer o BANDERN crescer para o Rio Grande do Norte aparecer.

bandern

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá
Marcelo Fernandes de Oliveira

Gerência Comercial
Núbia Fernandes de Oliveira

Gerência Administrativa
Roberto B. Fernandes

Gerência Industrial
Creso Barbalho

Editor
Carlos Morais

Redator-Chefe
Sebastião Carvalho

Foto: Evaldo Ribeiro — Departamento de Arte: Mival Furtado, Luiz Pinheiro, Fortunato Gonçalves, Durval Tolentino — Composição: Ana Maria Coelho, Vanda Fernandes — Diagramação: Fernando Fernandes — Consultores: Alcir Vêras da Silva, Alvarado Furtado, Benivaldo Azevedo, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Domingos Gomes de Lima, Epitácio de Andrade, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Joaílson de Paula Rego, João Wilson M. Melo, Jomar Alecrim, Manoel Leão Filho, Moacyr Duarte, Ney Lopes de Souza, Nivaldo Monte, Otto de Brito Guerra, Severino Ramos Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

RN-ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN-ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. CGCMF Nº 08286320/0001-61 - Endereço: Rua Floriano Peixoto, 559, Natal-RN. Fone: 222-0806. Composição e Impressão EDITORA RN-ECONÔMICO LIMITADA. CGCMF 08423279/0001 - Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687, Natal-RN. Fones: 222-4445 e 222-0706. É permitida a reprodução total ou parcial de matérias, desde que seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 15,00. Número atrasado: Cr\$ 18,00. Assinaturas: Anual: Cr\$ 100,00 Para outros Estados: Cr\$ 120,00.

O Ducal Palace Hotel (primeira foto) assim como todas as empresas do Grupo UEB no RN, continuarão onde e como estão. E Theodorico Bezerra (segunda foto) é o focalizado na série DEPOIMENTOS. Dois assuntos especiais, neste número de RN-ECONÔMICO.

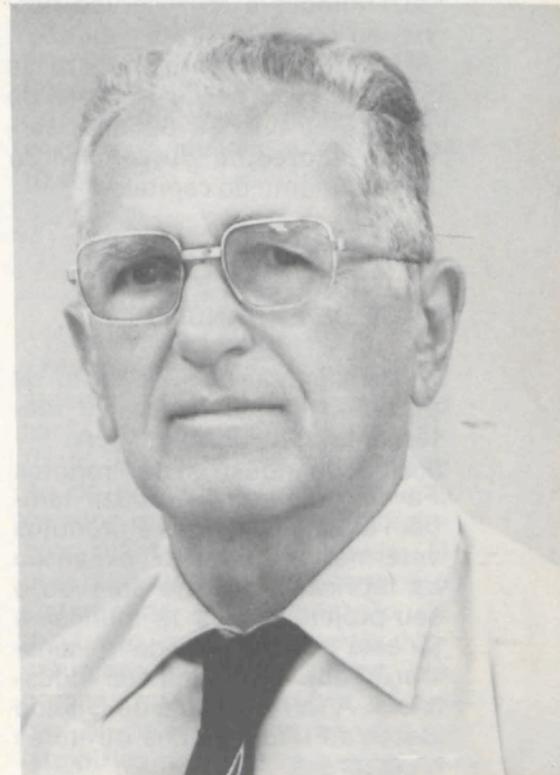
OS VÁRIOS ASSUNTOS

Quando veio a público a questão que envolvia o setor financeiro do grupo ueb — de que a imprensa do País se ocupou durante vários dias — uma dúvida insistente começou a pairar sobre o Rio Grande do Norte: afinal, o grupo tem quatro unidades fabris sediadas em nosso Estado. A dúvida era quanto à permanência, entre nós, da Incarton, Indústria de Cartonagem, da Indústria Têxtil Seridó e da Confecções Sparta Nordeste — porque o Ducal Hotel certamente seria o único, no caso de uma revivolta, que tinha condições de continuar existindo onde foi implantado. Passado algum tempo, no entanto, as dúvidas foram se dirimindo e o próprio Governo Federal esclareceu: as indústrias não sairão do RN. Uma análise do caso UEB é um dos assuntos que abordamos nesta edição do RN-ECONÔMICO. Ao lado de outros temas quentes, como a participação do Estado na fabricação de álcool anidro, para ser adicionado à gasolina; os projetos de reflorestamento que já possuímos em implantação ou a implantar em curto prazo (mais de 100); a ampliação da rede de estabelecimentos escolares no Estado, etc. A série Depoimentos continua, focalizando Theodorico Bezerra, uma das figuras mais controvertidas da vida pública e privada do RN. E vários outros assuntos são abordados, ha intensão — como sempre — de colocar o leitor por dentro das questões mais diretamente ligadas à nossa problemática sócio-econômico-política.

O EDITOR

ÍNDICE

O CASO UEB.....	6	TURISMO.....	30
DEPOIMENTOS.....	10	FINANÇAS.....	35
AÇUCAR/ALCOOL.....	16	MINÉRIOS.....	38
EDUCAÇÃO.....	24	HOMENS & EMPRESAS.....	04
REFLORESTAMENTO.....	27	DIREITO ECONÔMICO.....	42



homens & empresas

GUARARAPES: UM EXEMPLO RARISSIMO

O resultado do último balanço das Confecções Guararapes S.A. (dezembro de 1976) está sendo encarado pelos observadores econômicos do País como um caso raríssimo, em empresas do seu e de outros portes. O balanço revela um lucro líquido de 57% sobre o capital de Cr\$ 258 milhões. As reservas próprias da empresa atingem quase 90% do capital e seu ativo circulante (disponível mais realizável a curto prazo) de Cr\$ 396 milhões, obscurece um passivo circulante de pouco mais de Cr\$ 90 milhões.

O grau de endividamento da empresa (exigível sobre o patrimônio líquido) é de apenas 22%, com predomínio quase absoluto do capital próprio. A Confecções Guararapes S.A., por outro lado, vai distribuir bonificação de 50% em ações ordinárias e um dividendo de 6% por ação possuída. O capital da empresa será elevado para Cr\$ 387 milhões e as reservas ficarão ao nível de Cr\$ 61 milhões. Até 1978, a Guararapes goza de 50% de redução do Imposto de Renda, através da Sudene, servindo o produto dessa isenção para aumento do capital.

SIPROFAR ESTÁ EM FASE DE EXPANSÃO

Já atuando na fabricação de produtos farmacêuticos e detergentes, a Siprofar S.A. — Sociedade Industrial de Produtos Farmacêuticos vai produzir também algodão hidrófilo e produtos veterinários. Para a expansão da fábrica, a Sudene aprovou o seu projeto de Cr\$ 18 milhões e já está sendo iniciada a construção dos novos galpões industriais. A informação é de Ubaldo Bezerra Filho, um dos diretores da empresa.

NOVO NORDESTÃO JÁ EM PLANA AÇÃO



Inaugurado no final do mês de maio, o Supermercado Nordeste (Lagoa Nova) já está em plena ação, atendendo a uma grande faixa de consumidores da zona sul da cidade, regra geral os moradores dos conjuntos habitacionais. Os amplos espaços, as exposições modernas e a

grande variedade de artigos postos à venda, afora a funcionalidade de toda loja (com amplo estacionamento e área de serviço afastada dos locais de movimento) transformaram o novo Supermercado Nordeste no maior de Natal e um dos melhores do Nordeste.

IMPORTADORES ESTRANGEIROS VISITARÃO RN ESTE ANO

O Banco do Nordeste anuncia a vinda ao Nordeste, a partir de julho próximo, de mais uma missão de importadores estrangeiros, a primeira de quatro, que visitarão vários Estados, inclusive o Rio Grande do Norte. Com os importadores selecionados em países da Europa, virão também alguns compradores dos Estados Unidos e Canadá e após a de julho, haverá outras visitas em agosto, outubro e novembro. O interesse maior dos visitantes será basicamente para as indústrias têxteis, de confecções, manufaturados de couro e produtos alimentícios.

GRANORTE AUMENTA A SUA EXPOSIÇÃO

A Granorte Veículos e Peças Ltda., nova concessionária FORD em Natal, está ampliando a sua área de exposições, na loja da avenida Salgado Filho. Toda a área livre que havia ao lado do prédio está sendo coberta, representando mais 600 m² de loja. O diretor-presidente da empresa, Paulo Coutinho, está interessado ao máximo na dinamização da Granorte e inclusive já reside em Natal, pessoalmente coordenando toda a ação que visa o mais rápido desenvolvimento de sua empresa.

homens & empresas

SUPER MERCADO DA CONSTRUÇÃO

A firma Galvão Mesquita Ferragens S.A. vai instalar o primeiro super-mercado da construção, em Natal. Será uma loja com 780 m² de área, localizada na rua Segundo Wanderley, próximo à Praça Pedro II (ao lado do Colégio das Neves) no Alecrim. A loja será do tipo dos supermercados convencionais, com fácil acesso para os clientes, inclusive para senhoras, que poderão nos estandes escolher os materiais mais diversos. A obra está orçada em Cr\$ 4 milhões e era um antigo sonho do ex-vice-presidente da organização, Hermita Cansação, recentemente falecido, agora levada avante pelo futuro diretor-presidente Paulo Vasconcelos de Paula, seu genro.

Com uma tradição de 45 anos no ramo de materiais de construção (possuindo também duas lojas Casas Lux, de material elétrico e de iluminação) a firma Galvão Mesquita Ferragens S.A. partirá agora para vendas diretas ao consumidor, com financiamentos de até 12 meses.

UM NOVO CINEMA PARA O ALECRIM

Moacyr Maia.



SUDANTEX TERA UMA FÁBRICA EM NATAL



Uma nova fábrica aumentará o parque textil do Rio Grande do Norte: a Sudamtex já adquiriu terreno onde implantará a sua nova uniade de fiação, tecelagem e acabamento. O terreno tem 70 hectares e fica à margem da estrada Natal-Ceará mirim. O documento de cessão desse terreno foi assinado no mês passado, entre o Governador Tarcísio Maia e o presidente da Sudamtex, sr. José Onto, em cerimônia no salão de despachos

do Palácio Potengi, presentes ainda o vice-presidente da empresa, George Ravenelle, o secretário de Indústria e Comércio Benivaldo Azevedo e o comerciante Sebastião Cardoso. A idéia da implantação da fábrica surgiu de uma conversa entre Cardoso e José Onto, em agosto do ano passado. Dadas as facilidades oferecidas pelo Governo do Estado, essa idéia tomou corpo e já começa a se concretizar.

SAFRA DE ALGODÃO UMA DAS MAIORES

Caso haja inverno normal nos próximos dois meses, a safra de algodão no Rio Grande do Norte será uma das maiores dos últimos dez anos. Esta é a opinião do agricultor Lauro Arruda, um dos maiores e mais tradicionais plantadores do Estado. O que preocupa os produtores é o sistema de comercialização da produção, que se apresenta desvantajoso para o agricultor: ele demora muito a receber o que lhe é devido pelas vendas e isto dificulta inclusive o saldo de obrigações bancárias.

As empresas da UEB localizadas no Rio Grande do Norte não serão atingidas pelas medidas que se delineiam, a nível de Governo Federal, para punir o setor financeiro da União de Empresas Brasileiras. Isto foi o que prometeu o Presidente Geisel ao Governador Tarcísio Maia. No entanto, as coisas vão ficar apenas como estão, ou seja: não haverá a implantação das Confecções Duquesa nem a expansão da Indústria Textil Seridó e com relação a este fato, o vice-presidente executivo da UEB, ex-governador Aluizio Alves, lamenta, pois se deixará, segundo ele, de aproveitar 70.000 toneladas de algodão fibra curta, além de se eliminar a oferta de 2.000 novos empregos. Afora "outras repercussões negativas para a economia do Estado e do Nordeste". Especialmente para RN-ECONÔMICO, o jornalista Roberto Guedes expõe e analisa, à luz dos fatos correntes, a situação das empresas da UEB em nosso Estado, na matéria que se segue.

O CASO UEB

MAUS VENTOS DA TEMPESTADE NÃO VÃO FORÇAR SAÍDA DAS EMPRESAS DO RN

O governador Tarcísio Maia, à saída do gabinete do presidente Ernesto Geisel, em Brasília, e o ex-governador Aluísio Alves, vice-presidente executivo da União de Empresas Brasileiras (UEB), em nota oficial publicada na imprensa natalense, simplificaram ao máximo, no início de junho, um problema que havia quase um mês superava a imaginação da maioria dos futurólogos e especuladores do Estado.

Aparentando tranquilidade, Tarcísio disse à imprensa brasiliense, no dia 1º de junho, que o próprio presidente Ernesto Geisel lhe havia assegurado a sobrevivência das quatro empresas do grupo UEB instaladas no Rio Grande do Norte. Na véspera, Aluísio informou que, "sob a pressão dos acontecimentos", o conselho de administração da UEB decidira "sustar definitivamente o projeto da Duquesa e propor aos seus sócios o adiamento da ampliação da Seridó". Isto, segundo ele, é extremamente deplorável, pela redução do aproveitamento de setenta mil toneladas de algodão fibra curta e eliminação de dois mil novos empregos diretos, além de outras repercussões na economia do Estado e do Nordeste".

Até então, a bolsa de apostas apresentava um *handicap* amplamente favorável ao fechamento das quatro empresas, principalmente porque, desacostumados, a assistir

o cumprimento da Lei de Falências e Concordatas (Lei nº 7 661, de 21 de junho de 1945), os especuladores norte-riograndenses estabeleceram logo analogia entre a intervenção no segmento financeiro da UEB e a demolição do império agroindustrial de João Câmara, no começo dos anos 50.

POUCO ALCANCE — A única semelhança é que nos dois casos empresas instaladas no Rio Grande do Norte chegaram à insolvência. Pode-se, até, estabelecer outra correlação, pois naquela época o Banco do Brasil, principal credor, mostrou aos controladores do conglomerado deixado pelo senador João Câmara que a saída de dois dirigentes — um dos quais político, tendo ocupado cadeira na Câmara Federal, no Rio de Janeiro — abriria novos horizontes àquelas empresas. Desta vez as conotações políticas voltaram a se evidenciar, devido principalmente à posição de Aluísio na cúpula da UEB.

Política à parte, entretanto, é pueril temer-se o fechamento das empresas da UEB no Rio Grande do Norte.

Pois, embora tenha sido a mais estrondosa intervenção procedida pelo Banco Central em conglomerados financeiros, em virtude das elevadas somas que constituem o que os tecnocratas do mercado de capitais chamam de "rombo" (furo de caixa superior a quatro bi-

lhões de cruzeiros, débitos superiores a oito bilhões e mais de três bilhões de letras de câmbio "frias"), o caso UEB deverá ter reflexos de pouco alcance na economia do Estado.

NOVOS DONOS? — Não haverá o mesmo em relação a seus dirigentes. José Luis Moreira de Souza, o controvertido cearense que transformou uma pequena cadeia de lojas no Rio de Janeiro num grande complexo empresarial, por exemplo, já perdeu a presidência da Associação dos Dirigentes de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento (Adecif), que criou e dirigiu durante catorze anos, brindando jornalistas e autoridades com o já famoso e corriqueiro almoço das quintas-feiras, nos quais ditava regras à política econômica do governo. E dificilmente uma empresa sob intervenção do Banco Central volta a operar, pelo menos com o mesmo nome, no mercado financeiro. De modo geral, em todos os 142 casos anteriores de intervenção, observou-se que o passo subsequente é a liquidação extrajudicial do que o economês deliberou chamar de "frigoríficos", devido à fabricação de papéis frios.

Além disso, setores empresariais do Rio de Janeiro consideram fora de dúvida que a UEB não mais construirá seu hollywoodiano *shopping center*, cujas vendas, segundo Moreira de Souza cobriria todos os débitos do conglomerado. Aliás, segundo Moreira de Souza, só a venda do terreno hoje sanearia a situação de suas empresas, o que lhe é virtualmente impossível, tendo em vista as hipotecas em poder da Caixa Econômica Federal e de outras instituições financeiras.

Acima de tudo, porém, é praticamente certo que Moreira de Souza perdeu sua inesgotável fonte de recursos sem retorno, pois o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, deixou claro em entrevista que concedeu à imprensa, logo após ser decretada a intervenção, que o governo não mais aceitaria que grupos financeiros transferissem artificialmente a suas coligadas industriais e comerciais recursos suadamente poupados pelos inúmeros investidores anônimos.



— O então Ministro Severo Gomes nas festas de inauguração da Sparta Nordeste.



— José Luiz, Albuquerque Lima, Ministros Rangel Reis e Severo Gomes, Governador Tarcísio Maia: a euforia das inaugurações das empresas.

Da mesma forma, Paulo Lira, presidente do Banco Central — que secamente transmitira a Moreira de Souza a notícia da intervenção —, afirmou no dia seguinte que o governo não mais injetaria continuamente recursos em conglomerados com o grupo Independência-Decred, a área financeira da UEB (Lira admitiu, na ocasião, que o Banco Central ajudava o grupo há mais de onze anos e tratou de eliminar coincidências entre esse caso e a falência da textil Lutfalla, de São Paulo, outro fechamento es-

trondoso cuja repercussão diminuiu com a quebra do grupo UEB. Em termos políticos, o caso Lutfalla é até mais saboroso, digamos assim, pois o genro do controlador da empresa, Paulo Salim Maluf, presidente da Associação Comercial de São Paulo, apresenta-se ainda hoje como potencial candidato ao governo daquele Estado).

LETRAS "FRIAS" — Assim, as indicações disponíveis permitem prever que no Rio Grande do Norte haverá apenas a tramita-

ção dos quatro processos de concordata abertos pela UEB, somente com os percalços habituais em casos semelhantes, mas sem se afastar a hipótese da transferência do controle acionário dessas empresas. Providência, aliás, que o senador Dinarte Mariz — arquiinimigo de Aluísio Alves e incansável denunciante de irregularidades no grupo UEB — vinha solicitando, há tempos, da tribuna do Senado.

Por enquanto, apenas um desses processos — o da Indústria de Confecções Sparta Nordeste S/A, cujo passivo declarado à Justiça de São Gonçalo do Amarante, onde é domiciliada, seria de 34 milhões de cruzeiros em títulos quirografários (sem hipotecas ou outros instrumentos de garantias) — sofre arranhões, pois a União Industrial Têxtil S/A (Unitextil), importante tecelagem de Fortaleza, controlada pelo grupo Leite Barbosa, pediu sua falência.

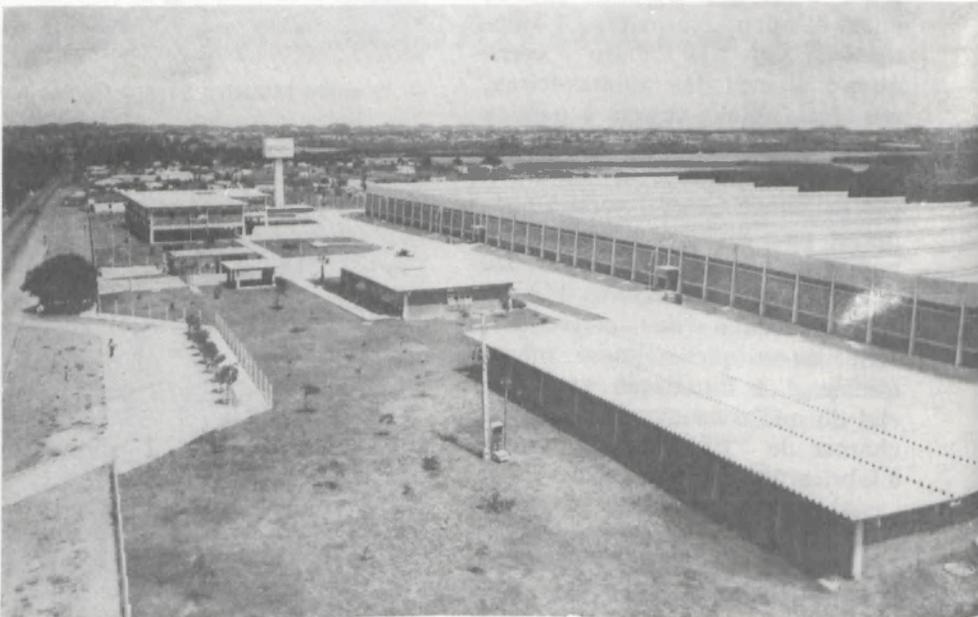
Segundo a Unitextil, que é representada no processo pelo advogado Francisco de Assis Medeiros, ex-prefeito de Caicó e ex-chefe da Casa Civil da prefeitura de Natal, o pedido de concordata da Sparta não poderá chegar a bom termo, para a devedora, pois configura “crime de enriquecimento ilícito” de seus empreendedores. Isto porque em fevereiro último a empresa pagou à Unitextil uma dívida de 2 milhões de cruzeiros com letras de câmbio do Banco de Investimentos Independência-Decred, uma das empresas da UEB hoje sob intervenção federal, comprometendo-se a cobrir, três meses depois, a diferença de juros.

Essas letras, mesmo que não se incluam entre as verdadeiramente “frias” emitidas pelo grupo, perderam com a intervenção qualquer liquidez que ainda aparentassem, o que, para a Unitextil, revela a má-fé dos dirigentes da Sparta ao transacionar com tais papéis.

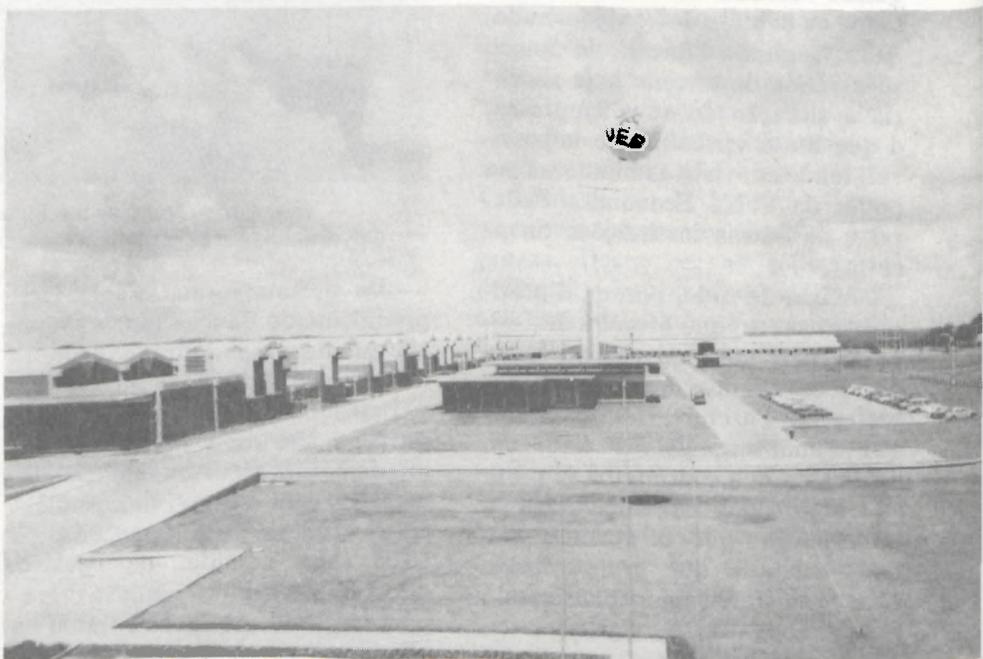
Afinal de contas, o próprio diretor-administrativo da empresa, o ex-deputado Garibaldi Alves, admitiu em seguida à intervenção: “Eu sabia que a área financeira da UEB apresentava sintomas de debilidade”. E a revista “Veja”, que disseçou a intervenção numa exaustiva reportagem de capa de sua edição de 18 de maio, mostrou que, se por um lado “executivos financeiros, operadores de bolsa



— A Indústria de Cartonagem foi a primeira a funcionar...



— ... seguida pelos tempos pela Confecções Sparta Nordeste...



— ... e finalmente pela Indústria Têxtil Seridó.



José Luiz Moreira, num dos muitos discursos feitos em Natal.

ou de *open market* ou analistas de investimentos já sabiam, há tempos, que a Independência-Decred era insolvente”, há cerca de três meses “empregados do segundo escalão executivo do grupo já tinham recebido a informação de que poderiam procurar novas ocupações”.

SEM AVAL — Isto, apenas quanto à Sparta. Na verdade, porém, a Unitextil levantou outra lebre, que poderá invalidar os pedidos de concordata de todas as empresas locais da UEB (Além da Sparta, a Indústria Textil Seridó S/A, com passivo declarado de 34,8 milhões de cruzeiros; Indústria de Cartonagem Incarton S/A, que declarou dever apenas 2,8 milhões, estas sediadas também em São Gonçalo do Amarante, e UEB Turismo e Hotéis S/A, proprietária do Ducal Palace Hotel, em Natal, que declarou dívida de 33,3 milhões de cruzeiros).

Pois, segundo Francisco de Assis Medeiros, a Lei de Falências e Concordatas exige, para a apresentação de pedidos dessa natureza, aprovação prévia da assembleia geral de acionistas. A lei oferece uma solução para casos de emergência — como o dessas empresas, cuja concordata foi pedida às presenças, para evitar que a intervenção no segmento financeiro do grupo provocasse uma corrida aos cartórios de títulos e protestos seus —, a aprovação a *posteriori*. Contudo, o edital de convocação dessas

assembleias não havia sido publicado na imprensa natalense até o último dia 27 — isto é, dezesseis dias após a intervenção —, quando o tabelião de São Gonçalo do Amarante, Randolpho Lins D’Albuquerque, recebeu protocolarmente o pedido da Unitextil.

COMISSARIOS — Três desses processos já têm comissários: Ezequiel Ferreira Fonseca, diretor de Pinheiro Chacon, cuida de analisar os documentos que, durante vinte dias após o despacho do juiz de São Gonçalo, Jomar Fernandes de Medeiros, os credores da Seridó têm que apresentar para se habilitarem à concordata dessa empresa. O mesmo fazem João Costa, diretor das casas Porcino, em relação à Sparta, enquanto Hypérides Lamartine, o secretário de Turismo de Natal, diretor da agência de turismo Aerotur, comissaria o processo da Incarton. Mais conhecido por *Peri*, Lamartine foi o terceiro nomeado para esta função, recusada, antes, pelo Banco Nacional S/A e por Galvão Mesquita Ferragens S/A.

Enquanto isto, até o último dia 2 o juiz Altamir Fernandes Borges procurava em Natal, entre os credores da UEB Turismo e Hotéis S/A alguém que aceitasse a missão recusada pelo Banco do Estado (Bandern), de comissariar aquela concordata.

Todas podem, ainda, apresentar novidades, pois — ao contrário do que se informava no início dos processos — o prazo para a apresentação de embargos ainda não começou. Ele será iniciado depois que cada comissário entregue ao juiz os respectivos relatórios, com base nos quais a Justiça decidirá pela concessão ou pela decretação de falência. E falências podem ser determinadas mesmo sem a análise de pedidos de embargos, como reza a legislação.

É de fora dos cartórios judiciais, entretanto, que podem surgir novidades. É o que sugerem os desdobramentos políticos, inevitáveis no Rio Grande do Norte, que capta pela imprensa vestígios dos debates que vêm sendo travados no

Senado por Dinarte Mariz e Agenor Maria, senador pelo MDB, a esta altura respaldado pelo grupo UEB, em cuja defesa não ocorreu, no ano passado, quando Mariz fez as primeiras acusações ao conglomerado, no já famoso aparte ao senador Saturnino Braga (MDB-RJ).

O próprio encontro de Tarcísio Maia com o presidente Ernesto Geisel, por exemplo, está servindo para especulações em torno do futuro daquelas empresas — para as quais, ainda segundo “Veja”, “só haverá salvação se alguma empresa interessada manifestar-se com razoável rapidez”. Esses diagnósticos não serve para a Seridó, que pode já estar sendo objeto de composição com a Burlington, norte-americana, apontada como uma das maiores empresas do setor de confecções em todo o mundo, e que substituiu no empreendimento a Ataka e a Shikibo, grupos japoneses que entraram e saíram no empreendimento local da UEB tão discretamente como reza a praxe milenar em seu país.

Ninguém sabe, hoje, o que se pode estar decidindo no Rio de Janeiro, onde está a cúpula da UEB. Assim, embora seus dirigentes tenham deixado claro que seu empenho maior, hoje, é salvar o conglomerado industrial no Estado, não é impossível que a estas alturas possam abrir mão de Sparta, Seridó e Incarton.

Mesmo porque, como disse um especialista da Sudene que passou recentemente em Natal, visitando as indústrias de confecções, toda a confiabilidade do controlador dessas indústrias residia no suporte financeiro da Independência-Decred. Na medida em que se descobre que esse suporte era do governo, e não do grupo, e que o governo gritou basta!, o empreendedor perde sua idoneidade financeira e empresarial.

Quanto à Seridó, a única vez que se falou publicamente sobre sua expansão foi quando a nota oficial da vice-presidência executiva da UEB noticiou o cancelamento desse plano. A Duquesa já fora esquecida, e a 13 de maio último o diretor-administrativo da Seridó assegurava que havia tempos a UEB não se interessava mais pela sua implantação, preferindo concentrar-se nas empresas já festivamente inauguradas.

Depoimentos - IV

Theodorico Bezerra:

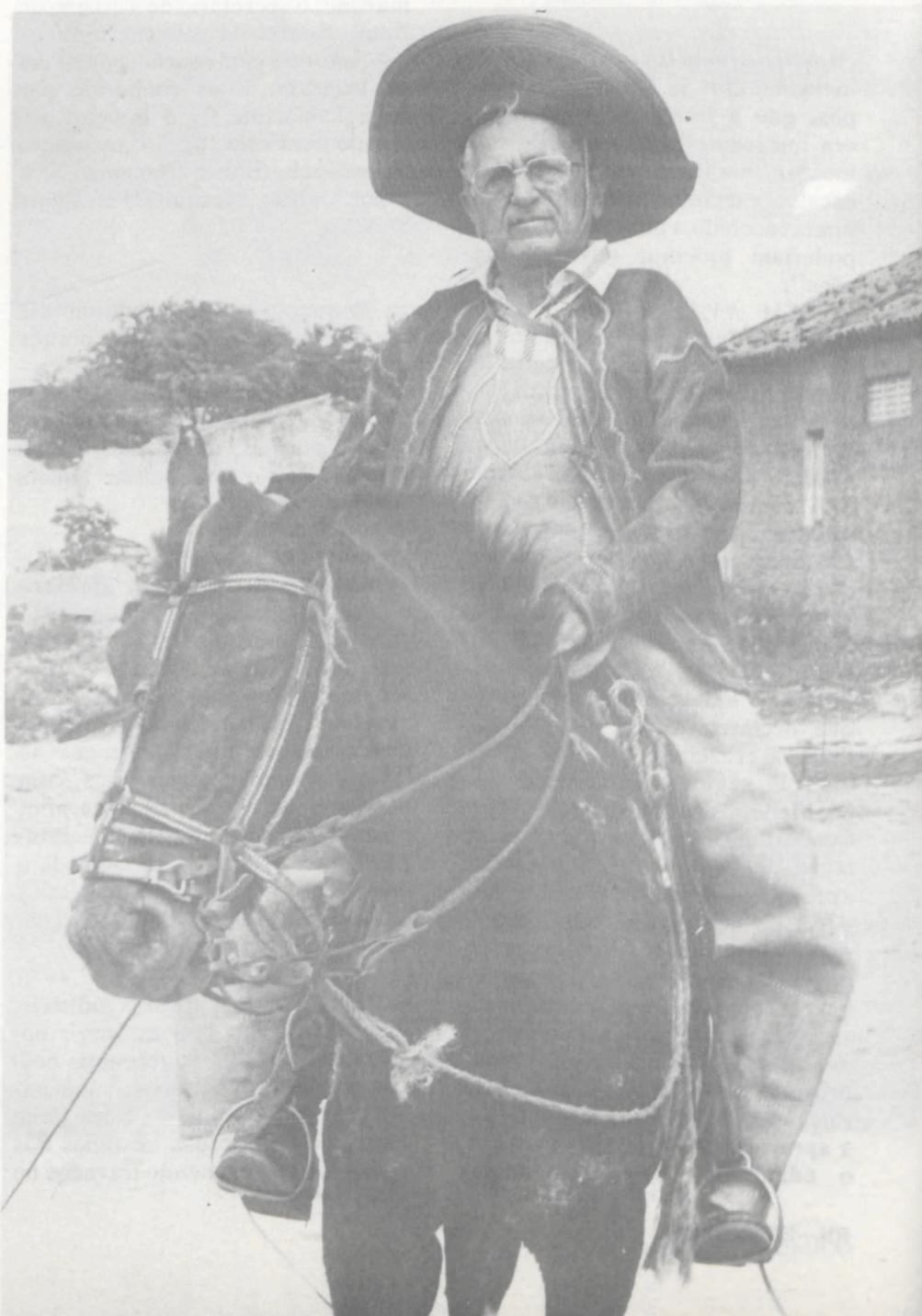
As lições aprendidas no campo

No restaurante do Grande Hotel, numa mesa próxima à área de locomoção dos garçons, ele está terminando às 15 horas — o almoço que começou ao meio dia. Não foi simplesmente um almoço e a euforia dos comensais comprova isto. Ele sorve mais um cálice de licor enquanto pede ao garçon que traga mais uísque para os outros e é retomada a conversação álcere que por sí chama a atenção para a mesa, por quem adentre o restaurante.

A simples presença de Theodorico Bezerra à mesa, com alguns cálices de licor sorvidos, bastaria para animar o ambiente. Mas ao seu redor estão nada menos que o jornalista Sanderson Negreiros, o poeta/pintor Newton Navarro, o Secretário de Educação João Faustino e o Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Hélio Santiago. Porque Sanderson é também Secretário Especial do Governo, Theodorico muito acertadamente confia a Sebastião Carvalho, que o foi entrevistar para a série DEPOIMENTOS, do RN-ECONÔMICO: "É assim: três secretários do Governo vêm almoçar comigo na maior simplicidade e até mesmo sem precisar convite. Eu gosto de todos e todos gostam de mim".

Um dos circunstantes lembra: "O próprio governador Tarcisio Maia outro dia disse que gostaria de ter Theodorico ao lado, sempre que fosse para algum lugar. Só para ouvi-lo. Porque ele é uma lição de vida. Um homem positivo, que já sofreu muito na vida e por isto hoje gosta de servir. Um homem que sempre sabe perdoar a todos".

A entrevista começou nesse fim de almoço e continuou na manhã do dia seguinte, durando até depois de outro almoço, desta vez só entre o entrevistado e o reporter.



Theodorico Bezerra é, sem dúvida, uma das figuras mais controvertidas da vida pública norterio-grandense. E da vida privada também. Como político, agricultor, hoteleiro e ultimamente industrial, ele tem acumulado ao longo dos anos uma fama díspar, que funciona, como qualificativo do seu caráter, como faca de dois gumes. Realmente, se os amigos o reconhecem um homem de predicados nobres e ações não menos nobilitárias, os inimigos não lhe poupam imputações acres ou salgadas — ao sabor do condicionamento de sua atuação em determinados episódios políticos, principalmente. Mas, como o número dos seus amigos é maior do que o dos inimigos — e porque ele é um homem que não cultiva inimizades — o saldo positivo é a favor do reconhecimento de sua importância na vida política, econômica e social do Estado.

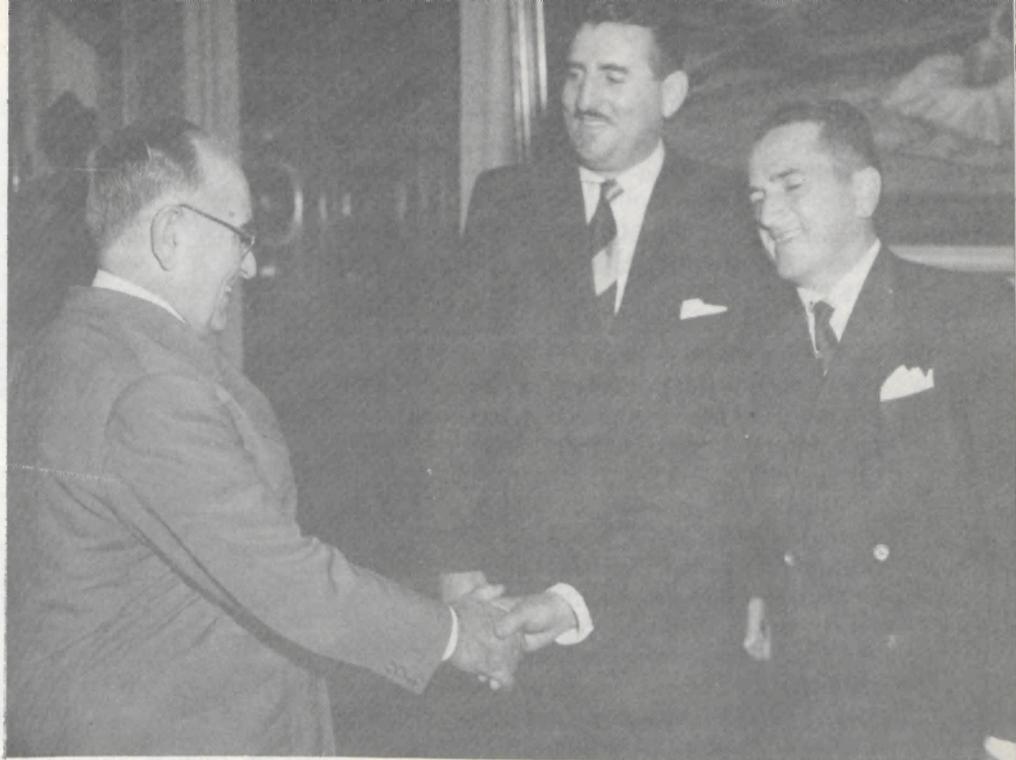
Para se começar a situar a vida de Theodorico Bezerra dentro de uma entrevista, pode-se ouvi-lo, simplesmente, citando os números da cronologia de sua vivência:

— “Estou com 74 anos de idade, dos quais 60 como agricultor, 52 como hoteleiro, 30 como político, 16 como deputado federal e 18 como presidente do PSD. Fui vice-governador durante cinco anos, sou o segundo criador de gado do Estado, já perdi a conta dos anos que tenho como deputado estadual e posso dizer que nunca fracassei na vida”.

Com dez anos de idade perdeu o pai, em 1913, herdando — na partilha dos bens do velho — a fazenda que ainda hoje possui e que “não vendo por dinheiro nenhum do mundo”.

Na fazenda ele forjou a sua índole, os seus princípios, a cartilha regedora de sua vida, um homem instintivamente arraigado à terra, mas com lampejos de *globe-trotter*, praticamente sem instrução bebida em bancos escolares mais superiores, porém sabedor de todas as coisas que comandam a ascensão das pessoas.

— “No campo eu me formei. Aprendi a montar primeiro em jumento, depois em cavalo. Sei curar bicheira de animal e pego cavalo pelo rabo e lhe abro a boca, prá saber se ele é bom de montar ou se galopeia. Sou doutor em agricultura, formado mesmo no campo.



— Com Getúlio Vargas e o ex-Governador Dix-Sept Rosado



— No plenário da Assembléia Legislativa

Tenho cinco anéis nos dedos, que eu mesmo me dei e não me curvo a nenhum agrônomo”.

AMIGO DE PRESIDENTES —

Com vinte anos de idade, começou a achar pequenos os espaços do campo. Havia saído do Exército, onde chegara ao posto de cabo e a permanência compulsória fora dos limites da fazenda o instiga a andanças e conhecimento de novas paragens.

Que solução melhor ele encontraria, do que a de ser motorista de caminhão? Em seu próprio veículo ele não apenas desmistificaria os segredos das distâncias, como poderia voltar para casa na hora que lhe desse na telha.

Em 1923, comprou um caminhão, em sociedade com o amigo Ascendino (de quem não recorda o sobrenome) e começou a pegar frete entre Santa Cruz do Inharé e Campestre.

— “Hoje conheço o mundo todo. Já fui aos Estados Unidos e à Europa duas vezes, pela América do Sul já viajei bastante. Estive na Austrália, na Ásia, na Oceania. Agora em setembro volto à África. Viajo muito porque afinal nesta vida o que se ganha é o que se vive. E quando a gente morre não leva nada”.

A vivência de homem viajado não lhe afeta a característica de homem de campo e tudo nele lembra o elemento nativo do sertão, sequer modificado pela profunda participação em praticamente todos os acontecimentos importantes da política nacional e estadual.

Nos seus trinta anos como político, foi alçado a posições invejáveis, pelo voto ou pelas confabulações e conchavos. No primeiro caso, as ascensões se deram quase que completamente graças aos seus próprios meios e mecanismos adredemente preparados: na sua Fazenda Uirapuru, que possui uma população de 3.000 pessoas (é uma espécie de mini-cidade) uma das condições *sine-qua-non* exigida do adulto morador é ser eleitor, do que se conclui que lá praticamente todos são alfabetizados.

— “O que eu posso lucrar desse povo é exatamente o voto, porque o resto praticamente lhe é dado. Em Uirapuru só me interessa a partilha da produção. Leite, frutas, legumes, tudo lá é de graça, para o morador e sua família”.



— Com políticos amigos: Dinarte Mariz, Dary Dantas e João Newton Escócia.

Amigo de presidentes da República, passou dois dias em São Borja, hóspede de Getúlio Vargas e com Juscelino Kubistchek manteve uma duradoura amizade, tão realista que persistiria até depois da morte do construtor de Brasília: foi especialmente à capital federal, apresentar os pêsames a D. Sara e assistir a missa de sétimo dia pela alma do falecido. Em Natal, mandou celebrar duas outras, em diferentes Igrejas.

POETA, POLÍTICO E HOTELEIRO — Os tempos atuais, evidentemente, arrefeceram um pouco a importância do político Theodorico Bezerra. Mas vieram encontrá-lo sentado numa cadeira da Assembléia Legislativa do Estado por uma indefinida vez, que nem ele próprio sabe situar no tempo. Realmente, foi um político bem sucedido, pelo menos com relação à resposta dos seus comandados, que nunca lhe negaram o voto. Seus inimigos, no entanto, ao lhe esmiuçarem a vida, anotam que nos seus trinta anos de participação no processo político do País e do Estado, ele pouca coisa fez em benefício da comunidade. Alguns, mais contundentes, alegam que o que ele conseguiu, a nível federal, foi mais para atender a interesses próprios. Haja ou não razão nas afirmativas dos últimos, o fato é que o que ele conseguiu com Getúlio Vargas, por exemplo, foi a construção de vários açudes em áreas limítrofes de suas proprie-

dades — em Santa Cruz e Japi, por exemplo. Com Juscelino Kubistchek, outros tantos açudes também em Santa Cruz e Lages Pintada e o asfaltamento da estrada Macaiba — Santa Cruz — a primeira obra desse tipo feita no Estado, pelo Governo Federal.

À preservação de seu passado político, no entanto, ele sempre deu a mesma atenção que aos cuidados pela imagem do presente: na casa grande da Fazenda Uirapuru, por exemplo, somente numa parede há trinta e duas fotos diferentes do ex-presidente Getúlio Vargas. Fotografia, aliás, sempre foi uma de suas paixões, ao lado dos dísticos, provérbios e pensamentos. De tudo que participa ele manda tirar fotos, que invariavelmente vão ornamentar paredes, nas casas da fazenda ou nos seus escritórios, onde se pode ver flagrantes dele dançando com a filha, numa festa caseira ou apertando a mão de políticos amigos. Dele levando Frei Damião ao púlpito (“sou seu devoto irreversível”) ou montado num camelo, no Deserto do Saara. Participando de uma vaquejada ou fazendo um discruso, em plenário.

Quando aos dísticos, provérbios e pensamentos, os tem às dezenas, sob os vidros dos birôs, impressos, copiados, recortados de jornais ou revistas, batidos a máquina. Os últimos, sempre de sua própria autoria, espécies de normas de vida, que observa rigorosamente.

— “Acordar cedo, andar leigei-

ro, conversar pouco, para não perder tempo” — “Boca fechada não entra mosca” — “Quem planta e cria, tem alegria” — “Queres conhecer um vilão? Põe-lhe um cargo na mão” — “Não me dê conselhos. Sei errar sozinho” — “Se conselho fosse bom, havia escritório vendendo-o” — “Conselho é como rapé, toma quem quer”.

ESTRIBUCHANDO NA MORTE — Se perguntarem a Theodorico Bezerra do que ele mais gosta, a resposta é infalível: “Vaquejada, banda de música, foguetão e moça bonita. Goço também das flores, dos pássaros, da música. No fundo eu sou apenas poeta, político e hoteleiro”.

E agricultor, também, certamente, atividade a que dedicou mais anos de sua vida e que ainda hoje é sem dúvida a principal, embora também a de industrial — por efeito indireto, a partir dos negócios do filho Kleber Bezerra — tenha vindo se juntar às outras.

— “A propriedade que recebi de meu pai, foi a Terra Firme. Nela eu me firmei de fato, ela foi a minha escola, nela aprendi tudo

que sei na vida. Está situada em Santa Cruz. Em Tangará possuo a Fazenda Uirapuru — o pássaro que conta enquanto os outros escutam”.

Afora as fazendas, em Santa Cruz e em Tangará há também criação de gado e usinas de beneficiamento de algodão. No município de Lages, plantio de algodão e usina. Em Mossoró, a indústria de beneficiamento de óleo comestível Cacho de Ouro. E, em implantação, a fábrica de fiação Cia. Textil Tangará, em Eduardo Gomes (ex-Parnamirim).

Em Uirapuru — uma comunidade com 3.000 habitantes, entre moradores e familiares — existe toda infra-estrutura de uma pequena cidade: energia elétrica, abastecimento d'água, escolas, feira, clube, igreja e duas bandas de música — uma formada por rapazes, outra por moças. Na segunda, as componentes só permanecem até ficarem noivas: o pedido de casamento significa a automática exoneração, cedendo a noiva o lugar a outra pretendente a músico.

Essa exoneração compulsória, aliás, é apenas uma das muitas normas que regem a vida e a atividade

do morador de Uirapuru. Existe mesmo uma Caderneta do Morador, onde além dos locais para anotação das Informações Pessoais e do movimento de Débito, Crédito e Saldo, estão duas listas distintas mas bem elucidativas, conjuntamente chamadas *Nossas Condições e divididas em 12 espécie de mandamentos com o sub-título O Que É Proibido Aos Moradores Desta Propriedade e 13 Obrigações dos Moradores Desta Propriedade*. É proibido: 1) Andar armado, seja qual fôr a espécie de arma; 2) tomar aguardante ou qualquer bebida alcoólica; 3) jogar baralho ou qualquer outro jogo; 4) fazer feira em outra localidade que não seja Uirapuru; 5) caçar ou permitir pessoas estranhas fazê-lo; 6) possuir espingarda ou outra qualquer arma; 7) brigar com seus vizinhos ou outra qualquer pessoa; 8) fazer quarto a doente; 9) criar seus filhos sem aprender a ler e escrever; 10) falar mal da vida alheia; 11) fazer baile sem consentimento do proprietário; 12) inventar doenças para não trabalhar. É obrigação: 1) fazer feira em Uirapuru; 2) botar os filhos na escola; 3) zelar pela conservação de sua caderneta;

Um ALFA ROMEO de corpo e alma



Comercial Wandick Lopes S.A.

Av. Antonio Basílio (Av. 16), 1267 - Fones: 222-4385
Natal - Rio Grande do Norte

4) limpar os seus roçados nas épocas necessárias; 5) pulverizar as suas lavouras quando houver lagartas ou outra qualquer praga; 6) conservar todo material agrícola que esteja sob sua guarda; 7) zelar os animais de trabalho que estejam sob a sua responsabilidade; 8) zelar e conservar sempre limpa a casa em que mora; 9) fazer suas colheitas nas épocas necessárias; 10) comunicar ao proprietário ou ao administrador, qualquer irregularidade que esteja havendo na propriedade; 11) cumprir todas as ordens da administração; 12) cumprir rigorosamente este regulamento; 13) ser eleitor.

Essas normas são reforçadas por mais três itens: “O morador que não cumprir fielmente este regulamento terá tomado o roçado e o prazo de 24 horas para desocupar a casa e ir embora da propriedade” — “A riqueza pertence a quem trabalha: se você não trabalhar, viverá sempre pobre” — “Aqui ninguém fica parado: mesmo na hora da morte, esteja estribuchando”.

HOSPEDEIRO DE GEISEL — O senso de humor flagrado no regulamento do morador da Fazenda Uirapuru é uma constante em Theodorico Bezerra. Um bate-papo com ele se transforma numa festa, à proporção que se vai assimilando a sua maneira inusitada de agir e de enfrentar certas situações.

— “A hotelaria? É também uma lição de vida. O hoteleiro é obrigado a tratar com toda espécie de gente. Escroque, intelectual, político, general, presidente, ladrão — tudo passa pelo hotel e a gente tem que tratar com esse povo todo”.

Hoteleiro, aliás, foi a primeira atividade de Theodorico Bezerra, logo que chegou a Natal, no dia 1º de abril de 1925. Logo a partir daquele ano, possuiu o Hotel dos Leões, localizado na Ribeira, na praça Augusto Severo (em frente à atual Rodoviária). Logo depois, instalava o Hotel Avenida, no local onde hoje está a firma M.M.Costa, no mesmo bairro. Ainda na Ribeira, até 1930, possuiria mais o Hotel Internacional (Avenida Tavares de Lira, esquina com Rua Chile) Hotel Independência e Palace Hotel, os dois na última rua.

— “Naquela época Natal se resumia praticamente ao bairro da



— No Saara, montado num camelo, assistido por um nativo.



— Levando Frei Damião ao púlpito, em Uirapuru.

Ribeira” — diz ele. O transporte coletivo era o bonde, que saía da Ribeira, atravessava o atual Grande Ponto ia somente até o Cemitério do Alecrim”.

De 1930, as lembranças mais vivas de fatos, ocorridos, em função dos seus hotéis, são principalmente duas: no Hotel Internacional hospedou o então Tenente Ernesto Geisel, chefe de Polícia do Rio Grande do Norte na interventoria do Dr. Irineu Joffre, igualmente hóspede seu. E na porta do Internacional, durante a campanha de Batista Luzardo, uma noite houve tremendo tiroteio, do que resultaram três mortos.

As lembranças da época ele vai desfiando sem se preocupar com a cronologia ou determinação de fatos.

— “Eu e Djalma Marinho assistimos, na época da Revolução de 30, a fuga dos governadores e seus secretários. Eles escaparam pelo cais da Tavares de Lira. Assistimos tudo de uma janela do Hotel Internacional. Uma vez o tenente Farias, da Polícia, acabou com o Carnaval na Tavares de Lira dando tiros para cima. Foi aí por volta de 1931 ou 32. O delegado da época era o Joca do Pará, que fazia as suas inspeções montado num cavalo, andando prá cima e prá baixo. Ali onde hoje é o Beco da Quarentena havia uma feira. Naquele tempo lá era a rua Tatajubeira. No Paço da Pátria a gente desembarcava de bote ou de lancha, vindo de Macaíba. Não havia ainda a estrada. Em Macaíba, por 1.500 réis, a gente se hospedava no Hotel de Senhorinha, mas isto era lá por volta de 1916. No bote de João Láu, pagava-se 500 réis pela passagem. Na lancha de Mestre Antonio, 1.500 réis.

No ano de 1940, em plena Segunda Grande Guerra, quando era interventor do Estado o dr. Rafael Fernandes, ela arrendava o Grande Hotel, de que ainda hoje tem a concessão, cedida pelo Estado, seu proprietário.

— “Foi em plena época do getulismo. Era um tempo bom, em que um quilo de carne custava 1.800 réis, um quilo de peixe 1.500 réis. Uma diária no Grande Hotel era cobrada a 12 mil réis, com direito a dormida, café da manhã, almoço e jantar. O almoço simples era 4 mil réis.



— Uirapuru em festa: uma mini-cidade autêntica.

ARMADOR ELÉTRICO — Atualmente, por exigência da sua condição de deputado estadual, Theodorico Bezerra reside em Natal, onde fica até a tardinha do sábado, ocasião em que viaja para Uirapuru, lá permanecendo até a segunda-feira pela manhã. Apesar de ter casa em Natal, reside mesmo no Grande Hotel, onde tem dois escritórios.

Quando está em Natal, acorda invariavelmente às cinco horas da manhã e meia hora depois já está no escritório do andar térreo do Grande Hotel. Lá fica até o meio dia, recebendo amigos, políticos, e então vai almoçar. Muito poucas vezes almoça sozinho: sempre há alguém a lhe fazer companhia. Às 15h00 vai para a Assembléia Legislativa.

Em Uirapuru, levanta-se um pouco mais cedo, às quatro horas da manhã, dirigindo-se pouco depois para o escritório da fazenda, onde pelo menos umas 100 pessoas já o esperam. Fica lá até as oito horas, voltando para casa, onde toma o café da manhã: coalhada, cuscus com leite, e também queijo fresco, geralmente. Em casa recomeça a receber moradores, que sempre têm problemas para resolver. Ao lado, uma das bandas de música começa a ensaiar. Até 10 horas ele permanece ali, quando resolve dar uma volta pela feira, visitando também o mercado. Depois do almoço,

chama o motorista e vai inspecionar outras propriedades.

— “Estou sempre em movimento” — diz ele. “Se parar, vem o reumatismo, o enfarte e eu morro. E olhe que ainda quero viver muito tempo”.

Casado com D. Zilah de Carvalho Bezerra, o *Majó Theodorico* (como o chamam os amigos íntimos e moradores) tem dois filhos: Kleber de Carvalho Bezerra (engenheiro industrial, criador, agricultor e professor da Universidade Federal do Estado) e Sanzia de Carvalho Bezerra, casada com o bacharel, industrial e Procurador do IPE, Hélio Nelson.

É um homem com uma grande fé no futuro, de que deseja conhecer ainda muita coisa:

— “O progresso é uma coisa admirável. Sou do tempo em que em Natal automóvel era uma raridade, existiam no máximo cinco. Avião, este nem havia. Daqui a dez anos a gente esta voando de bicicleta, do jeito que as coisas vão: basta abertar num botão e ela sai flinando. Mas o que eu quero mesmo é comprar uns armadores elétricos, prá passar a rede e ficar balançando, sem precisar de empurrar com o pé na parede. É só ligar e ficar balançando. Como a gente faz com o limpador do parabrisa do carro: ligou, ele se encarrega de limpar o visor e a gente viaja tranquilo”.

Agro-indústria açucareira vive momentos de movimento e euforia

A indústria açucareira do RN vive momentos de euforia: já ultrapassamos um milhão de sacos por safra e dentro em breve começaremos a produzir alcool anidro, para ser adicionado à gasolina. Isto quer dizer que teremos aumentadas as áreas de cultivo de cana-de-açúcar e comprovando que o setor está em evolução, dois novos grupos empresariais participam da movimentação, justamente implantando destilarias autônomas para produzir alcool.

Pelo menos duas razões movimentam a indústria açucareira do Rio Grande do Norte, no momento. Primeiro, o expressivo alcance da última safra (1976/77), com 1.153.000 sacos produzidos pelas duas usinas do Estado (Estivas e Açucareira Vale do Ceará Mirim). Depois, as perspectivas de fabricação de alcool anidro, que se abrem definitivamente, tanto por conta do interesse do Governo em fomentar essa atividade, como porque quatro projetos neste sentido já existem para implantação a curto prazo, entre nós, dos quais dois já aprovados pelo PROALCOOL — Programa Nacional do Alcool.

Com relação à produção de açúcar do Estado, a marca de mais de um milhão de sacos de 60 quilos já vinha sendo perseguida pelo menos a partir da safra 1972/1973,

com ascensões paulatinas e apenas um ligeiro desnível, na safra de 73/74, justamente na época em que a Usina São Francisco passava ao controle da então recém criada Companhia Açucareira Vale do Ceará Mirim. Com relação à Usina Estivas, no entanto, o aumento da produção tem sido gradativo de safra para safra, assim como o rendimento obtido por quilos de açúcar em cada tonelada de cana moída, rendimento hoje na faixa dos cem quilos — um recorde regional.

Na última safra, a Usina Estivas produziu 750 mil sacos de açúcar cristalizado, contra 400 da Cia. Açucareira e a previsão da produção da primeira, na safra 1977/78 é quanto a exceder, somente ela, um milhão de sacos.

AUTO-SUFICIÊNCIA — Ainda com referência à produção de açú-

car, nota-se que pela primeira vez na história de sua atividade agro-industrial, o Rio Grande do Norte torna-se auto-suficiente, capacitando-se a atender ao seu consumo interno — o que até no ano passado não fora possível, com os 750.000 sacos que as duas usinas produziram. Tendo sido necessário, ainda naquela época — como sempre acontecia — se recorrer a outros centros produtores de açúcar, para se suprir as exigências do mercado interno.

Falando sobre o alcance da Usina Estivas, o diretor-presidente da empresa, Murilo Tavares, explica:

— “Essa safra revelou aspectos bem significativos. Antes de mais nada, obtivemos respostas corretas para os elevados investimentos feitos pela Estivas, quanto à adoção de métodos e tecnologias modernas, aliados à segura e objeti-





Diretores da Açucareira Vale do Ceará Mirim explicam ao Governador Tarcísio Maia detalhes sobre a expansão da empresa.

va orientação gerencial. Isto nos possibilitou um incremento, na última safra, de 61%, com relação à safra anterior. No cômputo geral do Estado, participamos com 65% da produção global”.

De fato, tem sido sempre coroados de êxito os programas de ação da Usina Estivas, com vistas tanto ao incremento da produção quanto à produtividade de seu parque industrial. Também com relação à atividade agrícola, foram atingidos excelentes índices: se conseguiu, por exemplo o expressivo rendimento de 78 toneladas de cana por hectare plantado, o que representou um acréscimo de 63% com relação à safra anterior.

Com vistas à safra 1977/78, a empresa já está promovendo a substituição ou implantação de novos equipamentos, visando o aumento de produção previsto e uma cada vez melhor qualidade do seu açúcar, de resto já bastante reputado no mercado regional.

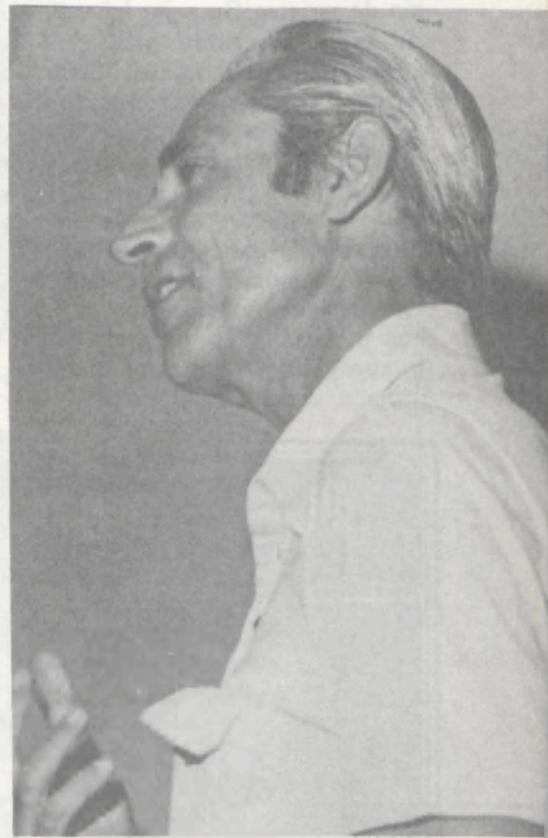
— “Quanto à lavoura canavieira” — diz Murilo Tavares — “estamos programando a fundação de

mais 1.200 hectares para o cultivo da cana”.

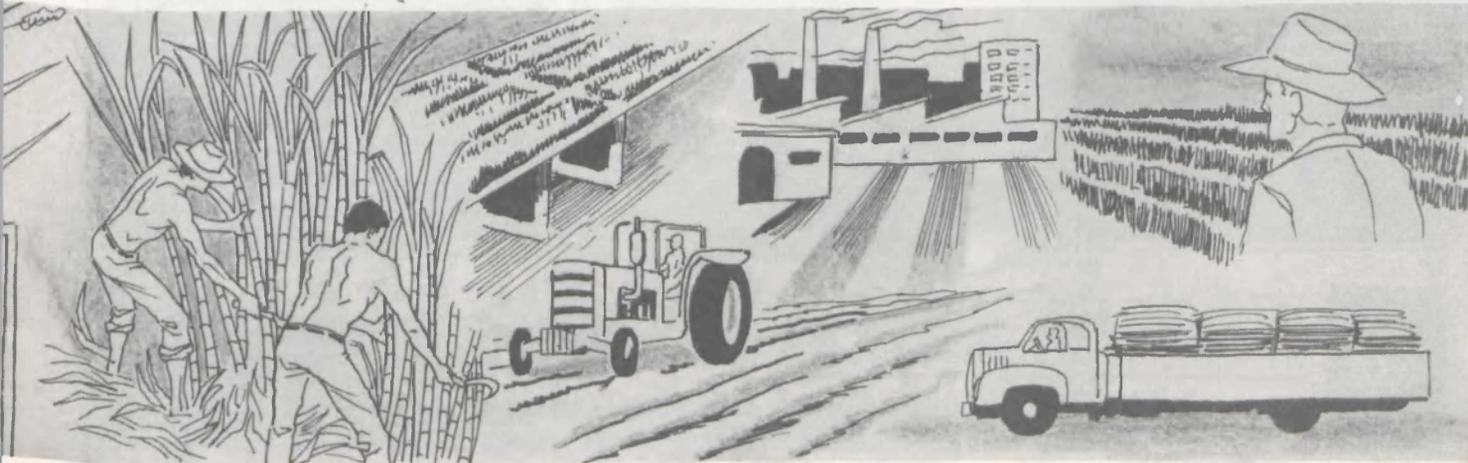
ALCOOL ANIDRO — Definidas as posições quanto ao aumento da produção de açúcar no Estado, as usinas do Rio Grande do Norte voltam as suas atenções para a produção do álcool anidro, ou álcool carburante, que será adicionado à gasolina consumida pelos veículos, no País.

A usina Estivas e a Companhia Açucareira Vale do Ceará Mirim vão instalar destilarias anexas aos sistemas de produção de açúcar, mas já há mais dois projetos para destilarias autônomas: o da Destilaria Baía Formosa S.A., do grupo pernambucano da Usina Pedroza (liderado pelo atual prefeito do Recife, Antonio de Farias) e o da Diamante Agroindustrial S.A., dos empresários potiguares Odilon Ribeiro Coutinho, Arnaldo Gaspar, Roberto Varela e Rui Pereira Jr., este último, ex-prefeito do município de Ceará Mirim.

O economista Geraldo José de Melo, da alta direção da Açucareira



Murilo Tavares: Respostas corretas para os altos investimentos da Usina Estivas.



Vale do Ceará Mirim, há muito tempo é um entusiasta da produção de álcool, tanto pelas usinas produtoras de açúcar — que para isto aproveitarão o melaço, sub-produto resultante do refino do açúcar, quando não for o caso de produzir o álcool diretamente — quanto pelas refinarias autônomas, que adotarão apenas o segundo processo.

Analisando a nova opção para a agro-indústria canavieira, Geraldo José de Melo começa indo buscar nas raízes as razões econômicas da nova prática:

— “A situação do açúcar, no mercado mundial, atualmente pode ser considerada ruim, em matéria de preços. Ou seja: há excesso de produção, razão pela qual os preços baixam. Apesar disto, o Brasil já este ano teve uma safra recorde. Caberia ao Governo, então, reduzir a produção do açúcar, sem prejudicar o plantio ou a colheita de cana, favorecendo às usinas que, mesmo deixando de fabricar açúcar, não diminuíssem a sua atividade econômica. Assim, as usinas poderiam fabricar álcool, tanto aproveitando o melaço quanto a própria cana que não foi trans-

formada em açúcar, mas que foi colhida”.

De fato, esta poderá ser a política que o PROÁLCOOL adotará, paulatinamente em todas as áreas onde floresce a agro-indústria canavieira no País. — e já se sabe que, para a safra 77/78, no Sul e no Centro Sul, uma boa percentagem da cana colhida não será dirigida à moagem, mas seguirá para as destilarias de álcool.

O projeto da destilaria anexa da Cia. Açucareira, já aprovado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, está aguardando corroboração pela Comissão Nacional do Alcool — depois do que começarão a ser contratados os financiamentos no montante de Cr\$ 180 milhões, inclusive os juros no período de carência.

— “O nosso projeto” — diz Geraldo José de Melo — “permitirá que a companhia tenha uma estrutura de produção alternativa, ou seja: poderemos chegar a produzir até um milhão de sacos de açúcar, aproveitando apenas o melaço residual na produção de até 8/9 milhões de litros de álcool; mas, se convier ao País, reduziremos a produção do açúcar — em virtude, por exemplo, de uma conjuntura de

preços desfavoráveis — sem contudo deixar de moer todas as canas disponíveis, pois as utilizaremos na produção do álcool”.

Geraldo José de Melo é de opinião, inclusive, que a utilização da cana na produção exclusiva de álcool, poderá forçar até uma melhor cotação do açúcar, no mercado mundial, porque os preços tenderão a ser menos especulativos, com relação ao Brasil, já que deixaríamos de exportar grande parte do produto, aproveitando a cana na produção do álcool que nós próprios consumiremos, sob a forma de combustível.

NADA EM CONTRÁRIO —

Existe um pensamento generalizado de que o usineiro do açúcar é contrário à instalação de destilarias autônomas. Geraldo José de Melo diz que isto não ocorre.

— “Não somos contrários, desde que ocorra o que é natural se esperar, nesse caso: o aumento da produção de cana, com fundação de culturas em novas áreas e a arregimentação de novos agricultores, para o setor. A Destilaria Baía Formosa S.A., por exemplo, tem a intenção de iniciar a sua produção de



Geraldo José de Melo: Reduzir a produção de açúcar, sem diminuir a atividade econômica.

alcool moendo cana de novos fornecedores, que já está atraindo em áreas distantes da Usina Estivas, afim de não prejudicar a produção de açúcar dessa empresa.

Quanto aos empresários do grupo local Diamante — acentua ainda o diretor da Companhia Açucareira Vale do Ceará Mirim, “São homens suficientemente familiarizados com o problema do abastecimento de cana às usinas e certamente vão se empenhar também em garantir o seu próprio suprimento, sem perturbar a nossa usina, que fica na mesma área”.

Analisando ainda as implicações da produção de alcool e o interesse de novos grupos financeiros, Geraldo José de Melo pondera:

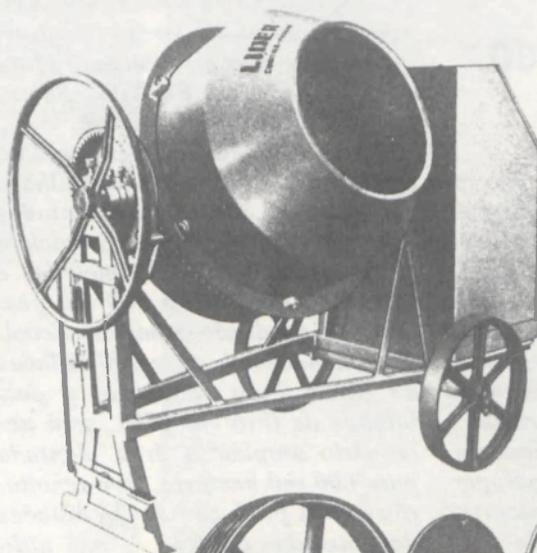
— “Muita gente está temerosa de entrar no negócio. Uma das justificativas mais levantadas é esta: e se um dia o Brasil descobrir grandes reservas de petróleo, suficiente para a sua autonomia também quanto a esse setor? Os empresários que aplicaram nas destilarias de alcool, como ficariam?”

E ele mesmo explica:

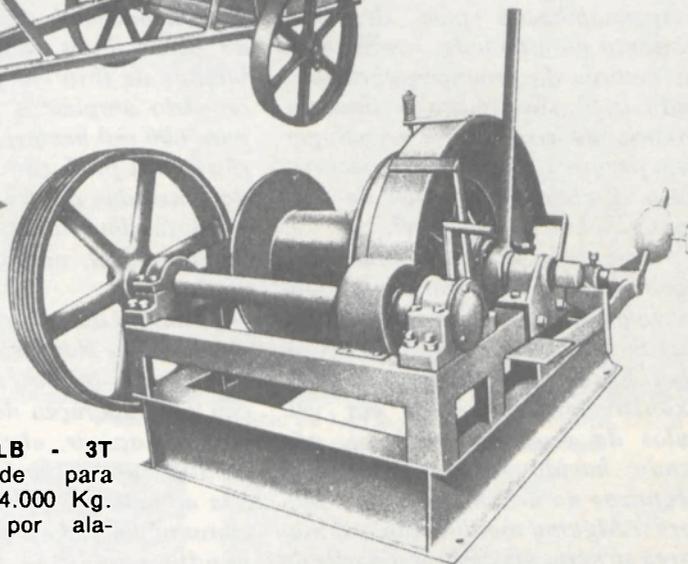
— “Ora, se o destino no futuro nos brindar com essa benesse, isto tanto será magnífico, quanto não implicará em perigo para quem tenha optado pelo alcool. Este, con-

tinuaremos consumindo como combustível, enquanto poderemos nos transformar em *sheiks* tropicais, dando as cartas no pródigo mercado mundial do petróleo”.

DISTRIBUIDORES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL.



BETONEIRA MANUAL
— Motor elétrico de 3HP. Base de giro sobre rolamentos. Equipada com rodas de ferro ou pneumáticas.



GUINCHO GLB - 3T
— Capacidade para pesos de até 4.000 Kg. Acionamento por alavanca manual.



QUEIROZ OLIVEIRA

MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

Av. Rio Branco 185 - Tel PABX 222-2056
Natal - Rio Grande do Norte -

Rua Felipe Camarão, 257 Fone: - 321-206
Mossoró Rio Grande do Norte —

**r a c i o n a l i z e .
u s e o t e l e f o n e !**

 **TELERN**
GRUPO TELEBRAS



Findo o petróleo, haja o álcool!

A produção de álcool anidro representa hoje uma das mais importantes opções do Governo, na sua política energética. O Programa Nacional de Alcool (PROÁLCOOL), criado em novembro de 1975, está responsabilizado pelo desenvolvimento da atividade, mobilizando os setores da produção agrícola e industrial, de crédito e financiamento, de pesquisa e tecnologia. Isto porque o álcool pode concorrer para diminuir os gastos do País com gasolina e óleo diesel.

Com relação à gasolina, já a partir de junho em São Paulo todos os veículos rodarão com esse combustível adicionado a 20% de álcool. Essa proporção de mistura foi exaustivamente testada em veículos da produção nacional, não tendo havido inconveniente nem prejuízos no desempenho dos motores. Alguma modificação nos motores só seria necessária a partir da adição de mais de 20% de álcool, de maneira progressiva — e que poderia chegar até a 100%, se houvesse necessidade premente.

A previsão da produção de álcool no Brasil, na safra 1977/78, é de 1 bilhão e 42 milhões de litros, dos quais 950 milhões de álcool carburante. A meta para 1980 é de três bilhões de litros, com dois bilhões para mistura à gasolina e o restante para a indústria química e outros fins. Em 1984/85, alcançaremos quatro bilhões e cem milhões de litros do produto, em virtude de naquela época já estarem em pleno desempenho industrial todas as destilarias atualmente em

implantação ou em fase de estudos.

Em 1976 o PROÁLCOOL dispunha de Cr\$ 1,2 bilhões para as suas necessidades financeiras, mas já para 1977 essas disponibilidades financeiras ascendiam a Cr\$ 4,2 bilhões, para aplicação somente em financiamentos industriais. O Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e os bancos de desenvolvimento estaduais estão acelerando a liberação desses financiamentos e no ano passado foram aprovados nada menos de 70 projetos de destilarias, localizadas em São Paulo (a grande maioria), Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará e Bahia.

Atualmente o Brasil (segundo o IBGE) possui cerca de 22 milhões de hectares de terras plantadas com cana de açúcar, que propiciam uma produção de 100 toneladas e garantem emprego a 600 mil pessoas. A produção atual de álcool, a nível nacional, é de 700 milhões de litros. Para se chegar a dois bilhões de litro em 1980, será necessário ampliar a área plantada para 600 mil hectares, que resultarão numa produção de 27 milhões de toneladas de cana — não utilizada totalmente na industrialização do álcool, mas também na do açúcar.

Tanto o Banco do Brasil quanto o Banco do Nordeste estão empenhados em incentivar a implantação e recuperação das lavouras de cana de açúcar, abrindo linhas de crédito rural especialmente voltadas ao setor. O primeiro estabelecimento financia o plantio e o segundo, a aquisição de colhedeadas, tratores de esteira e outras máquinas de grande porte.

ALCOOL DE MANDIOCA — Outra matéria prima, de que se obtém álcool é a mandioca, de que o Brasil produz, atualmente, 25 milhões de toneladas. Essa produção deverá subir a 36 milhões de toneladas, para se obter dois bilhões de litros de álcool. Uma usina protótipo para produzir álcool de mandioca está sendo instalada pela Petrobrás na cidade de Curvelo, Minas Gerais, enquanto dois projetos particulares estão aprovados pela Comissão Interministerial, uma em Chapada dos Guimarães

(Mato Grosso) e outra em Santa Catarina.

O Ministério da Indústria e do Comércio, justificando a política para incremento da produção do álcool considera alguns pontos essenciais: 1) Quando em 1980 produzirmos mais 2,2 bilhões de litros adicionados à produção atual, estaremos fazendo uma economia de 370 milhões de dólares, com a substituição da importação de combustíveis à base de petróleo; 2) o estímulo à produção agrícola orientada para a produção do álcool vai significar melhoria de vida nas zonas rurais de baixo poder aquisitivo, forçando também a fixação do homem no campo; 3) Mais de 200 mil novos empregos diretos serão propiciados somente na zona rural; 4) a indústria de equipamentos e maquinaria especiais — com alto grau de nacionalização — serão grandemente beneficiada; 5) O problema da ecologia será aliviado, já que a utilização do álcool carburante propicia menor grau de poluição.

ENERGIA SOLAR — Segundo cálculos científicos, dentro de 40 anos não haverá mais petróleo no subsolo do mundo. Assim sendo, todo sistema de propulsão de motores terá que adotar o álcool ou outras formas. Segundo os técnicos, o álcool é a própria energia solar engarrafada. Isto porque, obtido de plantas, através da fotossíntese (conversão de substâncias existentes no ar atmosférico em carboidratos, com absorção de energia solar) guarda em sua composição a energia acumulada.

Embora só agora esteja tão evidenciado no Brasil, o uso do álcool como combustível já era experimentado entre nós na década de 1920 e, durante a II Guerra Mundial, foi muito usado, principalmente no Nordeste. No mundo, a prática era experimentada já nos idos de 1895. Misturar até 20% de álcool à gasolina é possível sem haver necessidade de modificações nos motores dos veículos, o que se faz necessário à medida que essa proporção for aumentando. O uso de álcool puro — em motores especiais — propiciará às máquinas desgastes bem menores do que os causados pela gasolina.

Grupo NORDESTÃO inaugura terceiro Supermercado

Com a inauguração da terceira loja dos Supermercados Nordeste, Natal, ganha a sua mais ampla, moderna e confortável casa de auto-serviço. Localizada no bairro de Boa Sorte, para em princípio atender aos moradores dos conjuntos habitacionais da zona sul da cidade, o novo Nordeste, no entanto, é uma loja capacitada a servir a toda Natal, dada a amplitude

de suas instalações e ao estacionamento que resolve definitivamente o problema de comodidade do cliente. A inauguração foi no dia 24 de maio e a partir do corte da fita simbólica, o público percorreu as dependências da loja, que oferece cerca de 10.000 artigos diferentes para as opções de compra. Nas fotos, flagrantes da inauguração.



Governador Tarcísio Maia parabeniza o empresário José Geraldo de Medeiros, diante da fita simbólica.



Padre Pio, vigário de Lagoa Seca/Morro Branco, oficia a bênção religiosa, diante dos presentes.



Empresário Manoel Medeiros, mostrando a loja aos vereadores Roldão Procópio, Antonio Cortez e Gilberto Rodrigues.



Demonstração do moderno sistema de combate a incêndio, uma das novidades do moderno prédio d'O Nordeste.



guararapes

CONFECÇÕES GUARARAPES S.A.

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO — GEMEC/RCA - 200-76/97 - CGC. 08402.943/0001-52

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

A Diretoria de Confeccões Guararapes S.A. tem a satisfação de trazer à apreciação de V.Sas. o Balanço Geral e a Demonstração de Resultados e de Lucros Acumulados, encerrados em 31 de Dezembro de 1976, bem como o Relatório das Atividades da Empresa.

As vendas atingiram Cr\$ 633,1 milhões, representando um aumento de 51,8% sobre o exercício anterior. O lucro líquido (após a provisão do imposto de renda) apresentou um acréscimo de 72,8% atingindo..... Cr\$ 146,3 milhões.

A lucratividade correspondeu a 23,1% sobre as vendas, enquanto, em 1975, situou-se em 20,3%. Os lucros por ação foram 56,7% sobre o capital atual de Cr\$ 258,2 milhões e 65,8% sobre o capital médio do período.

A distribuição dos lucros, a ser proposta à Assembléia Geral, será uma bonificação de 50%, em ações ordinárias, e um dividendo de 6%, ou seja, Cr\$ 0,06 (seis centavos) por ação possuída.

O capital social da Empresa deverá atingir Cr\$ 387,3 milhões, mais reservas no montante de Cr\$ 61,2 milhões, totalizando recursos da ordem de Cr\$ 448,4 milhões.

Durante o exercício entrou em operação a nossa 4.ª unidade industrial, localizada em Fortaleza (CE), com 22.000 m² de área construída, que já alcançou o seu estágio normal de produção.

Os planos de expansão incluem o aumento da capacidade produtiva das nossas 3 (três) unidades fabris, localizadas no Nordeste, a fim de serem mantidos os atuais índices de crescimento e rentabilidade.

Para o ano em curso, está previsto o término da construção de 28.000 m² de área coberta na Fábrica São Paulo, que somados aos 13.500 m² atuais, totalizará 41.500 m² de edificações.

Baseados em estudos recentes, afirmamos que os nossos produtos continuam com ampla aceitação no mercado e encaramos o ano de 1977 com absoluta confiança.

Agradecemos, finalmente, a valiosa contribuição de todos os nossos colaboradores, a cuja dedicação e eficiência Guararapes consagra o seu desenvolvimento.

Natal, 11 de março de 1977
A DIRETORIA

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976 (Nota 1)

Ativo		Passivo	
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
DISPONÍVEL			
Bens numéricos	435.869		
Depósitos bancários a vista	30.827.282		
Titulos vinculados ao mercado aberto ..	41.000.000	72.263.151	
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO (Até 180 dias)			
Créditos			
Contas a receber de clientes	235.633.868		
(-) Valores descontados	60.370.439		
(-) Provisão p/ devedores duvidosos	4.712.677		
	179.550.752		
Outros créditos			
Depósitos compulsórios - Res. 354 ..	4.012.105		
Depósitos vinculados	1.258.178		
Impostos a recuperar	340.794		
Devedores diversos	3.632.661		
	179.794.490		
Estoques (Nota 2)	144.863.292	324.657.782	
Total ativo circulante		396.920.933	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos de incentivos fiscais - redução ICM	4.086.166		
Depósitos para reinvestimento - FINOR ..	3.008.605		
Depósitos vinculados e outros créditos ..	207.200	7.301.971	
IMOBILIZADO			
Imobilizações técnicas			
Imóveis	39.163.042		
Maquinismos	38.845.842		
Instalações	11.380.277		
Móveis e utensílios	6.223.585		
Veículos	579.655		
	96.192.401		
Correção monetária	44.420.406		
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO (Até 180 dias)			
Instituições financeiras (Nota 2)	32.850.000		
Fornecedores	26.807.392		
Imposto de renda	6.469.366		
Impostos a recolher	11.744.918		
Credores diversos	13.750.747		
Total passivo circulante		91.622.423	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Imposto de renda	6.946.915		
Credores diversos	10.683	6.957.598	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital subscrito e integralizado - ações ordinárias de Cr\$ 1,00 cada (Nota 3) ..	258.187.500		
Reserva legal	19.709.925		
Reservas capitalizáveis			
Correção monetária do imobilizado (Cr\$ 11.842.125 em 1976)	11.842.125		
Manutenção do capital de giro	78.612.951		
Isenção do imposto de renda - Lei 4239/63	6.657.490		
Reinvestimento - Decreto 55334/64 ..	6.716.437		
Reinvestimento - redução ICM	7.754.299		
Reinvestimento - incentivos fiscais - FINOR	7.428.674		
Outras reservas	397.158		
Lucros acumulados (Quadro II)	51.173.810	448.480.369	
RESULTADO PENDENTE			
Receitas diferidas		4.086.166	
COMPENSAÇÃO			
Caução da diretoria	900.000		
Titulos em cobrança	52.082.711		
Locação de terceiros	3.116.140		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DE LUCROS ACUMULADOS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976 (Nota 1)

	Cr\$	Cr\$
VENDAS		633.128.603
(-) Imposto sobre produtos industrializados		23.319.371
VENDAS LÍQUIDAS		609.809.232
Custo dos produtos vendidos		308.419.388
LUCRO BRUTO		301.389.844
RECEITAS DE INCENTIVOS FISCAIS		
Incentivos de exportação	6.171.394	
Redução do Imposto sobre circulação de mercadorias ..	7.754.299	13.925.693
		315.315.537
DESPESAS COM VENDAS		
Comissões	24.688.707	
Imposto sobre circulação de mercadorias ..	38.748.045	
Provisão para devedores duvidosos (menos reversão de Cr\$ 1.888.019)	2.824.658	
Frete e carretos	5.848.978	
Propaganda e publicidade	1.292.879	
Descontos sobre vendas	23.548.959	
Gastos com expedição de mercadorias ..	3.994.118	
Gastos com escritórios	6.603.043	
Outras despesas	6.887.448	112.436.835
GASTOS GERAIS		
Despesas financeiras	15.631.360	
Despesas administrativas	19.866.232	
Honorários da diretoria	4.095.000	
Impostos e taxas diversas	550.438	40.143.080
OUTROS ENCARGOS		
Depreciação (menos Cr\$ 5.001.881 absorvidos no custo de produção)	1.087.871	
Provisão para ICM nos estoques	11.825.126	12.912.997
LUCRO OPERACIONAL		149.822.626
RENDAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		9.924.945
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		159.747.570
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA		13.416.289
		146.331.281

Com mais recursos, o Estado adota política mais agressiva

Contando com mais apoio do MEC e até de organismos financeiros internacionais o Rio Grande do Norte tem podido desenvolver uma política educacional agressiva. Inclusive educando professores.

Ganhar uma batalha como a da educação exige, sobretudo, um diversificado apoio logístico, porque a estratégia a ser empregada não visa apenas os fatores quantitativos. Num Estado como o Rio Grande do Norte a necessidade de ganhar terreno — e rapidamente — exige avanços sucessivos em *fronts* diversos. Daí a necessidade de ações agressivas desde que qualquer hesitação implicará em permissão para reaglutinação do adversário, que tem como aliado mais poderoso o fator inércia.

E inércia é o que não pode ha-

ver em nenhum setor do esforço global que está sendo desenvolvido pela atual administração estadual, no sentido de superar etapas. O objetivo visado é amplo: oferecer à população estudantil do Estado mais 70 mil vagas e melhorar a estrutura operacional do ensino, com vistas à tão sonhada melhoria de sua qualidade.

Se parece uma meta ambiciosa demais e com ranço de utopia, há de se recorrer a um dado comparativo, apresentado pelo Secretário João Faustino, de Educação, para poder encarar a meta sob o ângulo da viabilidade: em 20 anos

foram construídas em Natal 706 salas de aula e só no período do Governo Tarcísio Maia esse total será de 933.

MAIS APOIO — É, realmente, uma comparação de efeito estimulante. Deve-se convir, contudo, que agora o Rio Grande do Norte conta com um leque maior de apoio e uma maior diversificação de fontes onde pode contar com recursos para os seus planos educacionais. O próprio Ministério da Educação, que em outras épocas mostrava-se mais reticente na concessão do imprescindível apoio logístico, hoje, segundo o professor João Faustino, “não nos tem faltado em nenhum momento”.

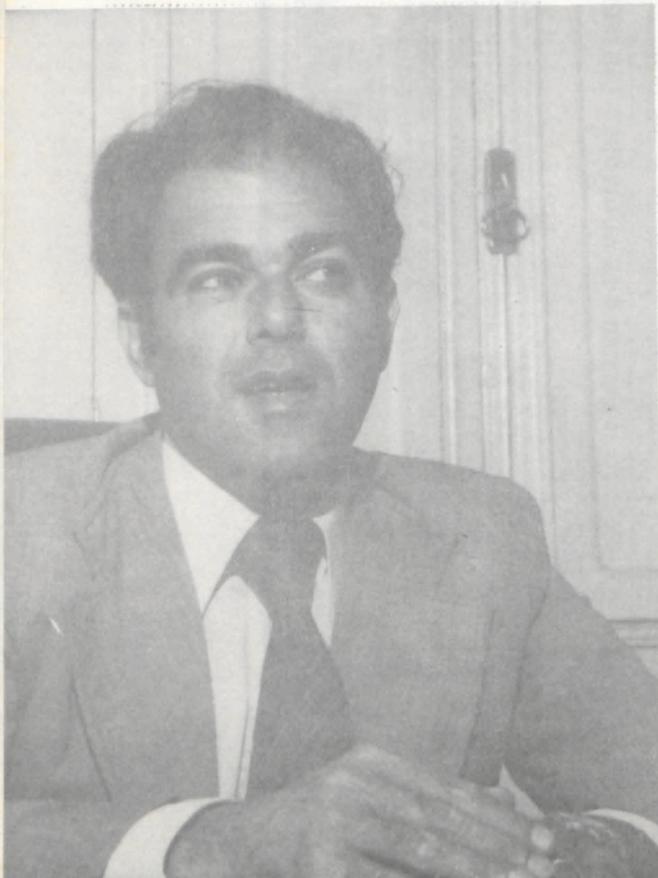
E afirma o Secretário:

— Graças à ajuda que temos recebido do MEC tem conseguido o Governador Tarcísio Maia promover a expansão da rede escolar não só em Natal como em todos os municípios, obtendo, por conseguinte, o aumento quantitativo das matrículas.

Esse apoio, segundo ainda o Secretário de Educação, possibilita ainda à própria modernização estrutural e administrativa do setor

— Assim — explica ele — a Secretaria de Educação pôde implantar um esquema de descentralização, através de 14 órgãos regionais que, em suas respectivas áreas de jurisdição, redistribuí a rede escolar, instrumentalizando novas técnicas escolares, através, de um melhor suporte didático, material e financeiro. Isso significa a melhoria da qualidade do ensino de 1º grau.

OS RECURSOS — Uma melhor agilização da estrutura operacional da Secretaria de Educação e a condição de execução dos planos educacionais, elaborados de acordo com as novas necessidades do Estado e com o objetivo de corrigir as distorções tradicionais, tem tido exequibilidade através dos recursos financeiros que fluem de fontes diversas — inclusive de organismos internacionais, como o Banco Internacional de Desenvolvimento Econômico — BIRD. Os diversos



**João Faustino:
Descentralizando a
ação da Secretaria
de Educação do
Estado, através
de órgãos
regionais
espalhados por
todo o interior.**

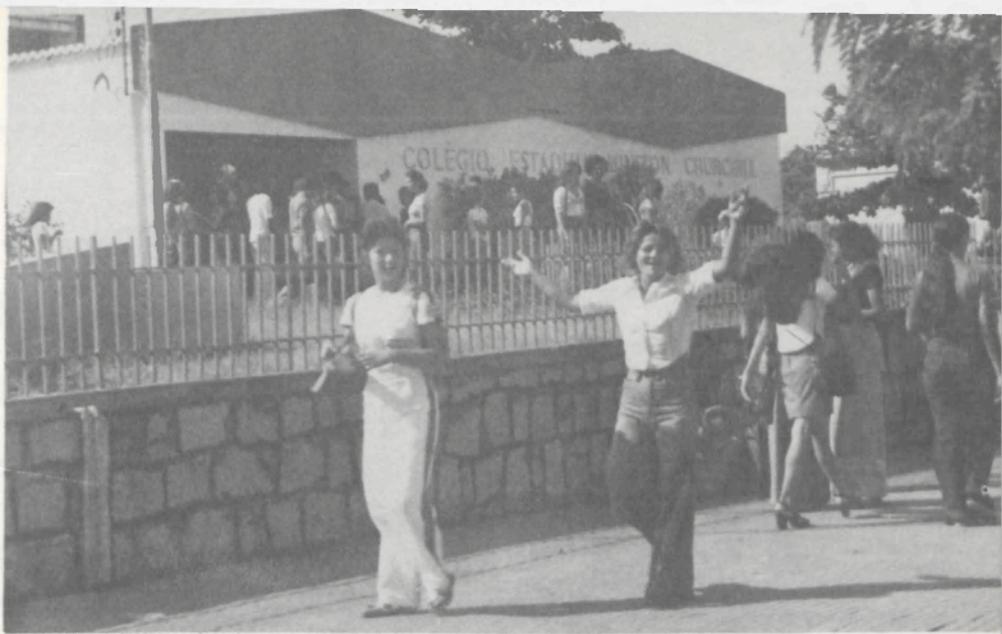
departamentos do Ministério da Educação têm demonstrado bastante sensibilidade diante das necessidades educacionais do Estado e têm atendido com razoável presteza às solicitações de recursos

A meta, por exemplo, das 933 salas de aula, tem a responsabilidade dividida assim: 143 com recursos do Estado, 70 do Salário Educação, 350 pela Fundação de Assistência Social, 150 pelo PAEM, 120 por convênio MEC/BIRD e 100 pela COHAB—RN.

Este ano, o Estado teve condições de distribuir gratuitamente 440 mil livros a alunos do 1º grau mediante convênio com o MEC, representando o valor de Cr\$ 650 mil.

Disse o Sr. João Faustino que ao assumir a Secretaria de Educação a população escolar na faixa de sete a 14 anos crescia a um percentual de dois por cento ao ano, enquanto o crescimento da rede escolar situava-se na faixa de 0,2 por cento. Atualmente, segundo suas informações, mantém-se o índice de crescimento da população escolar, mas o da rede escolar o superou em cinco por cento, chegando a 2,5.

OS PROBLEMAS — Ocorre, porém, que os problemas educacionais não se limitam às questões básicas, como defasagem entre a população escolar e vagas salas de aula e professores mais qualificados. O caminho da escola nem sempre é buscado com espontaneidade e a necessidade de educação não é apreendida pela totalidade da população. Há situações que fogem à compreensão dos teóricos, como a de existir a escola, a vaga mas não a determinação da família em fornecer o estudante. Por isso foi criado no Governo Tarcisio Maia o projeto da Chamada Escolar, com implantação inicial em Natal, Mossoró, Caicó, Pau dos Ferros, Parelhas, Currais Novos, Nova Cruz, Santana de Ma-



Êxodo rural aumenta também contingente populacional das escolas da capital.

tos, Macaíba, Ceará Mirim e São José de Mipibu.

A finalidade do projeto é estabelecer um sistema de pressões sobre o chefe da família para que não deixe de encaminhar os filhos à escola pública, criando sanções, caso não aja assim, como o impedimento de conseguir documentos de órgãos do Estado e dificuldades para a concretização de transações tributárias e comerciais.

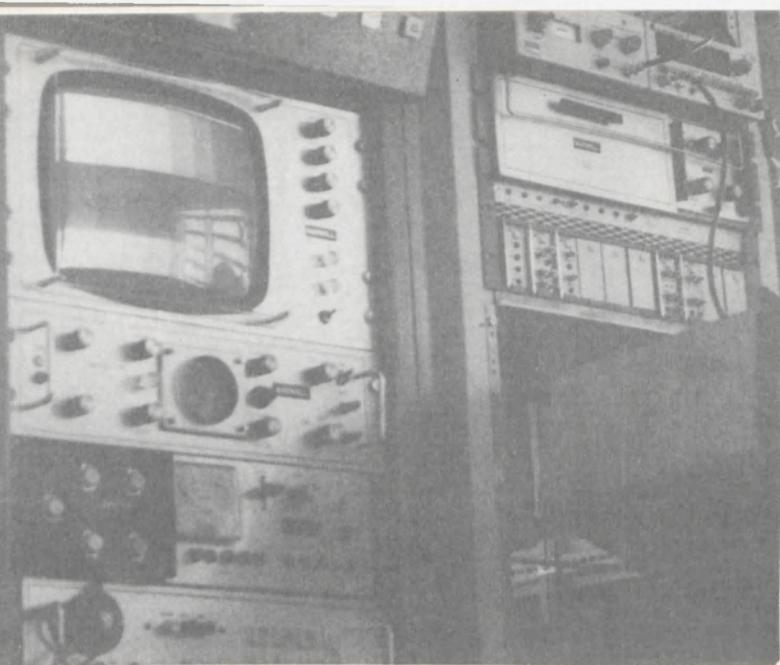
De outro lado, o próprio crescimento de Natal e as vicissitudes de um Estado com problemas econômicos crônicos no interior, provocam o surgimento de novos problemas. O êxodo rural que engrossa o contingente populacional da Capital com grupos familiares dependentes de adaptação, o surgimento dos conjuntos habitacionais, as necessidades que vão surgindo com o desenvolvimento, tudo isso gera mais distorções. Exatamente para proporcionar um quadro dessa situação é que a atual administração decidiu realizar, a partir de julho, o Censo Escolar, a fim de compatibilizar a implantação da rede escolar com a realidade existente, de modo a obter um rendimento mais efetivo dos futuros projetos. O censo abran-

gerá toda a cidade, utilizando os métodos de pesquisa do IBGE e aproveitando estudantes e professores, sob remuneração. Esse projeto foi orçado em Cr\$ 950 mil e o MEC vai participar com Cr\$ 650 mil

OS PROFESSORES — Os problemas educacionais modernos não se limitam ao universo do estudante. À medida que este cresce, vem a contrapartida na necessidade de adequar o quadro de professores. Daí a ocorrência de certas situações curiosas: até 1965 grande parte do contingente dos professores da rede estadual de ensino tinha sérios problemas de formação. A rigor, grande parte dos 11 mil professores do magistério estadual estava simplesmente precisando de professores. Muitos, sequer, tinham a formação primária completa. Os poucos diplomados em cursos superiores eram de profissões completamente diferentes. Enfim, era um problema do conhecimento do professor João Faustino, familiarizado com o magistério desde os 14 anos de idade, técnico em educação e mestre de nível universitário. E por compreender bem o problema, sabia que ele tinha vários aspectos. Um deles era a própria situação funcional do professor e,

**poupe tempo e petróleo.
use o telefone!**





Projeto de Tele-educação: não quer substituir o professor, mas auxiliá-lo.

por isso, como primeira providência tratou de corrigir todas as irregularidades. Através de um convênio com o MEC foi instituído um Curso de Metodologia Pedagógica com a finalidade de possibilitar um diploma ao corpo docente e, assim, melhor qualificá-lo. O curso é ministrado pelos critérios de rotatividade e cerca de seis mil mestres já participaram dele. Até o término da administração Tarcísio Maia mais quatro mil professores dele estarão participando.

Isso deu margem à correção de outra distorção, que era a da figura do excedente. Ou seja: a eliminação dos critérios de seletividade para o ingresso no ensino secundário através do exame de admissão. Poucos professores, poucas vagas, forçavam o exame de admissão — uma espécie de vestibular. Melhoram os professores, aumentaram as vagas, acabaram os excedentes e o próprio exame de admissão.

Mais difícil é encontrar uma solução para o problema salarial do professor. De resto, um problema a nível nacional. O Secretário João Faustino reconhece a baixa remuneração. No Estado, um professor com nível superior percebe, atual-

mente, Cr\$ 3.500,00 mensais, por 40 aulas semanais. Os que ministram 20 aulas por semanas têm salário de Cr\$ 1.500,00. Um grande passo para a melhoria geral dessa situação será o Estatuto do Magistério, cujo projeto se acha em fase de estudos e deverá ser encaminhado ainda este ano pelo Governador Tarcísio Maia à Assembléia Legislativa.

ATRASOS E BOLSAS — E os problemas se multiplicam, um gerando o outro. Tem sido muito agitada a questão dos atrasos no início das aulas do ano letivo, em colégios como o Churchill, Atheneu, Padre Monte e Padre Miguelinho.

— Problemas como esse sempre irão ocorrer. — diz o professor João Faustino. E, alinhando as razões dessa situação, colocou-a pela ordem:

a) — apenas o período de férias para concluir os serviços de restauração dos diversos prédios é insuficiente. Tanto é verdade que até agora prosseguem esses trabalhos: um somatório de serviços que incluem limpeza geral, pintura, assentamento de azulejos, instalações sanitárias e hidráulicas,

reestruturação de tetos, renovação de carteiras, etc.

b) — a Secretaria só se permite a mandar reparar um prédio por qualquer construtora se possuir em cofre recursos oriundos do próprio Estado e, como se sabe, cada exercício financeiro tem seu início em janeiro de cada ano;

c) — daí, somente em fevereiro deste ano foi possível o anúncio da licitação dos contratos com diversas firmas construtoras. Acontece que as propostas das firmas concorrentes extrapolaram os recursos destinados à Secretaria para tais fins. Foram necessários novos entendimentos, cartas consultas para que aquelas empresas ajustassem seus orçamentos às disponibilidades financeiras existentes.

Também com referência às Bolsas de Estudo o Estado adota, agora, critérios diferentes. No momento, as bolsas distribuídas no valor de Cr\$ 500 mil para colégios particulares são através de convênio com o MEC. A Secretaria de Educação, por si só, não mais distribui Bolsas, desde que está absorvendo todo o contingente estudantil e a cada aluno, indistintamente, oferece ajuda na forma de material didático.

Desde janeiro deste ano que o Estado absorveu as funções do projeto de tele-educação, através da TV-Universitária.

— É um sistema — afirma o Secretário João Faustino — que não tem o objetivo de substituir o professor, mas de auxiliá-lo. E todos aqueles que desejam aprender, podem aproveitar-se dele.

Só neste ano será investido no projeto Cr\$ 1 milhão e 500 mil.

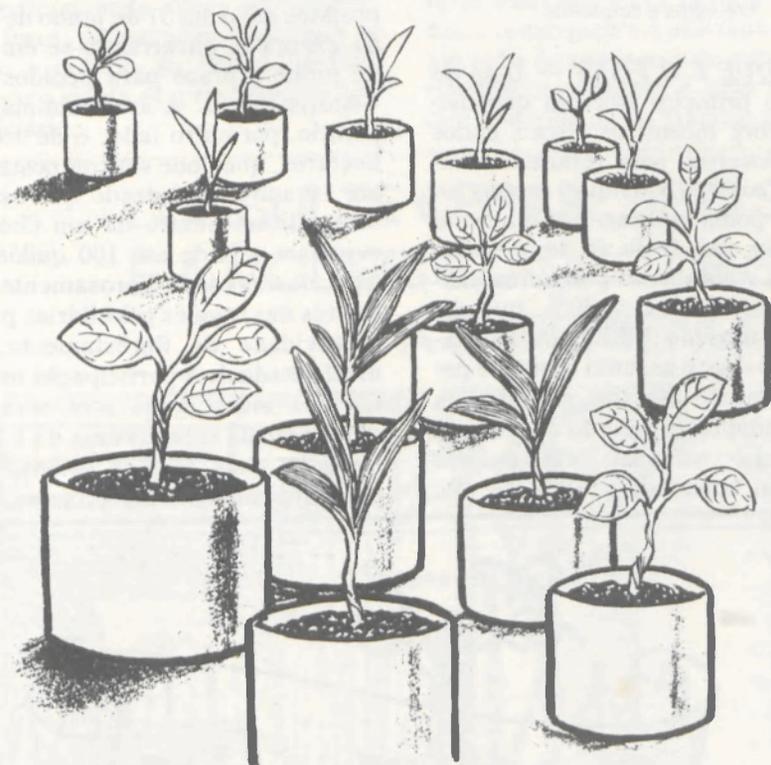
O que é, sem dúvida, uma cifra bastante expressiva para um Estado que sofre toda sorte de dificuldades com o seu orçamento. Os programas educacionais do Rio Grande do Norte, de todo modo, têm obtido um impulso expressivo, principalmente porque, atualmente, contam com aliados inesperados.

**mate as saudades.
use o telefone!**



RN tem mais de cem projetos para plantar cajueiros e coqueiros

Em 9.200 hectares, o Rio Grande do Norte terá dentro em breve, 920 mudas plantadas, de coqueiro e cajueiro. É o começo de nossa atividade no setor de reflorestamento, utilizando os incentivos fiscais do Fiset. Com essas duas culturas, programamos um reflorestamento mais rentável do que a tradicional plantação de eucalipto, do sul e sudeste do País.



Embora as regiões sul e sudeste do País sejam, reconhecidamente, as que mais se dedicam a projetos de reflorestamento, o Nordeste — particularmente o Rio Grande do Norte — entra no negócio com um notório *handicap* sobre as regiões pioneiras: enquanto lá se planta quase que unicamente eucalipto, na nossa região serão plantados co-

queiros e cajueiros. Ou seja: os projetos que se implantam em nosso Estado alcançarão a finalidade precípua da política do reflorestamento — a preservação ecológica — e significarão importantes investimentos econômicos, de respostas mais alentadas que as dos Estados tradicionalmente reflorestadores. Explica-se: o eucalipto

geralmente só oferece três colheitas, durante a sua existência, enquanto o coqueiro e o cajueiro têm safras anuais e vida longa, podendo alcançar os oitenta ou cem anos.

O Rio Grande do Norte, atualmente, é pioneiro no Nordeste, em matéria de reflorestamento e, afora a Bahia, que já tem alguma tradição no setor, é o Estado da região que mais cuida desse assunto. A rigor, a destinação reflorestadora do RN surgiu de coincidências ou de propósitos esparsos, de grupos empresariais, como já ocorreu, por exemplo, com a indústria têxtil, a partir da implantação das Confeções Guararapes.

No ano passado, quando a Delegacia local do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) passou a cuidar dos incentivos fiscais que, depositados no Fiset serve para financiar projetos de reflorestamento — imediatamente 23 projetos foram-lhe apresentados, em forma de carta-consulta. Até abril de 1977, mais 102 projetos subiram a consideração geral do órgão. Os do ano passado, devidamente aprovados, estão em fase de implantação e os que surgiram este ano estão sendo estudados e nada existe no sentido de não serem aprovados. Assim sendo, até o final deste ano pelo menos 125 projetos de reflorestamento devem estar funcionando no Rio Grande do Norte, alocando para o Estado nada menos de Cr\$ 60 milhões.

O delegado local do IBDF, Clidenor Coelho Galvão, é um entusiasta da política de reflorestamento, desenvolvida agora intensamente através do Fundo de Investimento Setoriais — Fiset — Florestamento e Reflorestamento. De acordo com os seus estudos, em poucos anos o Rio Grande do Norte alcançará uma área de 100.000 hectares plantados com coqueiros e cajueiros, o equivalente a 1.000 km².

920.000 COQUEIROS — A rigor, existem apenas dois grupos empresariais, no Estado, dedicados a projetos e reflorestamento. Um, já tradicionalmente entrosado com o setor, a Companhia Agro-In-

dustrial Zabelê — há muito tempo plantadora de sisal — outro, a Reflorecultura Ltda., da qual faz parte o industrial Hemetério Fernandes Gurgel.

E foi justamente o interesse de Hemetério Gurgel pelo reflorestamento que começou a despertar as atenções de outros setores, para o assunto: até bem pouco tempo ele era diretor-presidente da Indústria Sitex, fábrica de etiquetas para confecções, empresa que passou à frente, vendendo-a para um grupo paraibano, afim de se dedicar somente ao novo negócio. De fato, concomitantemente aos seus interesses na Sitex, ele já era proprietário — com outros sócios — de extensa área de terras, no Estado, no município de Guimarães — justamente onde agora implanta os seus projetos de reflorestamento.

— “Atualmente” — diz Clidenor Coelho Galvão — “a Reflorecultura tem 123 projetos, dos quais 23 sendo implantados, e que representam uma área de 1.400 ha. Nas suas terras serão plantados coqueiros, numa média de cem por hectare. Os 125 projetos das duas empresas representam 9.200 hectares, ou 920.000 mudas a serem plantadas”.

A Delegacia local do IBDF, afóra encaminhar os projetos à direção geral do órgão, acompanha a implantação, fiscalizando as áreas e posteriormente enviando relatório para a central. Atualmente, os 23 projetos aprovados no ano passado estão na fase de desmatamento, preparação e alinhamento do solo, seguindo-se posteriormente o plantio.



Clidenor Coelho Galvão: Dentro em breve RN terá 100.000 hectares plantados com cajueiros e coqueiros.

O QUE É O FISET — Data de 1967 o primeiro Decreto que dispõe sobre incentivos fiscais dados pelo Governo, para reflorestamento. No começo, qualquer pessoa jurídica podia aplicar no setor até 50% do que devia ao Imposto de Renda. Agora, esse percentual baixou e está fixado em 30%, que são depositados no FISET. A legislação que rege o assunto tem sido periodicamente alterada, na tentativa de se adaptar o método ao sistema financeiro nacional, ele próprio também comumente alterado. No

entanto, uma Portaria Normativa (nº. 08.DR, assinada em 15 de fevereiro de 1977 pelo presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) consolidou as anteriores, definindo a sistemática dos Incentivos Fiscais ao florestamento e reflorestamento. Várias são as obrigações das empresas, para poder implantar um projeto, com relação à área a ser plantada e no tocante a responsabilidades técnicas, tudo partindo de uma planta topográfica da área, com a locação de talhões, aceiros, estradas, caminhos, construções de cercas, locais de preservação, locais inaproveitáveis, etc. A análise do solo, por laboratório oficial ou oficializado, é também exigida, assim como certidão fornecida pelo CREA à empresa responsável pela elaboração ou execução do projeto, designando seu técnico responsável, devidamente quites com a entidade.

A partir de 1978, as empresas que desejem incentivos fiscais do FISET, devem apresentar os seus projetos até o dia 31 de junho de cada exercício, encerrando-se em 20 de junho o prazo para pedidos de Vistoria Prévia. A área mínima de plantio, por outro lado, é de 1.000 hectares, que pode ser composta de até 10 sub-áreas, desde que essas se localizem dentro de um círculo cujo raio seja de até 100 quilômetros, observados rigorosamente os limites das regiões prioritárias para a atividade do florestamento, a nível estadual. A participação mínima dos investidores será sempre em função da área mínima de 1.000 hectares e as regiões prioritárias para implantação dos projetos são

Café
São Luiz
100% PURO
LUIZ VEIGA & CIA. LTDA.
TORREFAÇÃO E MOAGEM "SÃO LUIZ"
38 anos de tradição e bem servir — NATAL-RN

aquelas já aprovadas pelo IBDF, com base nos critérios que objetivavam a criação dos Distritos Florestais.

Com relação aos projetos que visam o plantio de árvores frutíferas, no entanto, será exigida área mínima, contínua, de 50 hectares, devendo os projetos apresentar total uniformidade, quanto à espécie.

LIBERAÇÃO DE RECURSOS

— A partir de 1977, inclusive neste ano, todos os pedidos de liberação de recursos para os projetos aprovados ou em andamento, estão sendo protocolados nas Delegacias Estaduais do IBDF; que jurisdicionem a área, devendo a empresa protocolar o pedido em duas parcelas de 50% cada uma. A segunda parcela, no entanto, tem liberação condicionada à aprovação, através do laudo de vistoria emitido pelo IBDF, quanto à aplicação da percentagem anterior dentro do prazo máximo de 120 dias, contados a partir da liberação. A não aplicação efetiva da primeira parcela, salvo por motivos de força maior (que justifique o fato, a critério do IBDF), poderá causar a perda do projeto, pela beneficiária.

Uma outra exigência, com relação à liberação de recursos, é o prévio cadastramento da empresa beneficiária no Banco do Brasil — na agência que jurisdicione a praça-sede do empreendimento — já que é esse estabelecimento oficial de crédito que administra o Fiset.

REFLORESTAMENTO NO BRASIL — Até o momento, o IBDF já aplicou cerca de Cr\$ 3,8 bilhões em projetos de reflorestamento, no País, a quase totalidade no sul e no sudeste. A Bahia foi o primeiro Estado do Nordeste a entrar no esquema, seguindo-se o Rio Grande do Norte. No País todo, até agora foram reflorestados cerca de 2 milhões e 100 mil hectares (ou 21.000 km²), com o plantio de 5 bilhões de árvores em 10 anos, atividade em que se deu emprego direto a 500.000 trabalhadores.

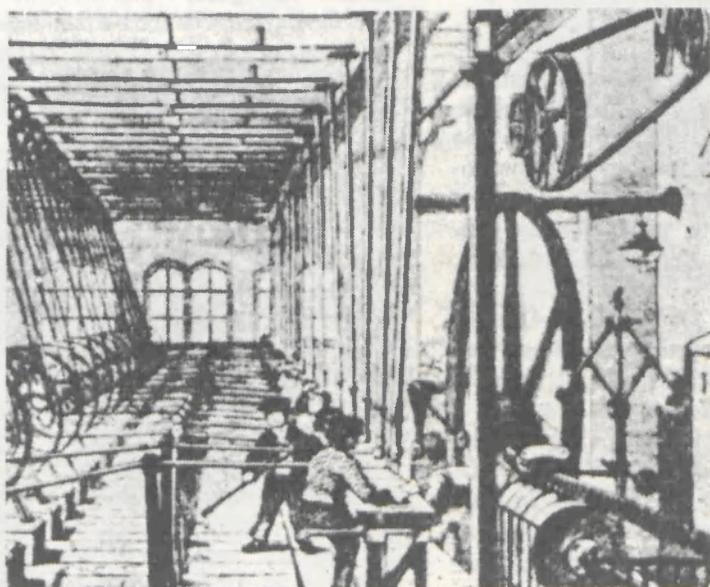
Nas regiões sul e sudeste, planta-se mais eucalipto porque a madeira conseguida é utilizada na fabricação de celulose e de papel. No entanto, o eucalipto é uma árvore que tem vida de no máximo vinte e

um anos, com três únicas produções (de sete em sete anos). A aparente inviabilidade do eucalipto, com relação ao coqueiro e ao cajueiro do Nordeste, no entanto, não significa que se vai deixar de plantá-lo, porque, segundo o delegado Clidenor Coelho Galvão, é pensamento do Governo até 1983 alcançar uma produção de celulose equivalente a Cr\$ 280 bilhões.

O Brasil atualmente é o quarto país do mundo, em esforço de reflorestamento (antes da China, Rússia e Estados Unidos, pela ordem).

Ainda com relação ao Rio Grande do Norte, o delegado local do IBDF chama a atenção dos empresários locais para as opções, na hora da declaração do Imposto de Renda: o reflorestamento hoje é sem dúvida uma atividade tanto rentável quanto cercada de benesses e cuidados, por parte do Governo. Antes, em nosso Estado, se reclamava a falta de empresas que implantassem projetos. Agora, já existem duas, com mais de 100 em implantação. A vez então é dos investidores, que já têm onde aplicar o seu dinheiro.

CONSULTE CESAR, SE O SEU PROBLEMA É A MODERNIZAÇÃO DE SUA INDÚSTRIA. A EXPERIÊNCIA RECOMENDA.



- PIRAHÍ — papel impressão, papel vegetal, papel para desenho.
- COPAG — baralhos
- Utensílios domésticos em geral
- VOUGA — produtos químicos
- HOMNEGGER — máquinas para fiação geral
- LELLY — semeadeiras e adubadeiras
- HOELZEL — borrachas de apagar, em lençol, passadeiras, duchas ginecológicas
- BÚFALO — motores elétricos de 1/8 a 1000 cv. e motores especiais
- SALGADO — manteiga Turvo, queijo Real.
- BEIRA ALTA — azeitona verde, ervilhas, azeite de oliva, sardinhas.
- COSINOR — ferro redondo para construção.
- BARBERO S/A — tecidos p/confeccões, cortinas, cama e mesa.

CESAR S/A Comércio e Representações

Fundada em 1932 — Rua Dr. Barata, 209 — Fone: 222-0955 222-4754 — NATAL-RN

Está faltando dinheiro para investir em turismo

O turismo no Rio Grande do Norte ainda continua engatinhando apesar da boa vontade de alguns. Falta maior mentalidade turística e, sobretudo, dinheiro para investir numa estrutura capaz de levar o Estado a competir com boas chances.

Não basta uma natureza privilegiada — a tão decantada paisagem natural — para atrair turistas. Exorcismos sobre os efeitos do progresso à parte, o turista em busca de lazer relaxante é o primeiro a reclamar com irritação se não encontrar, intercalados nos paraísos naturais que busca, certas vantagens da civilização tecnológica que procura esquecer, assim como determinados artificialismos. Certo que as praias belas e naturais deslumbram e o povo acolhedor cativa. Mas isto não basta.

Em Natal, esses complementos indispensáveis para a conjunção de um conjunto de opções atraentes para os turistas são poucos. Os órgãos oficiais, evidentemente, não podem ser responsabilizados, porquanto cabe à iniciativa privada explorar o veio turístico que é, por sinal, uma mina aberta para ela, em todos os países. Os órgãos oficiais, como diz o presidente da Emprotur, Giovanni Rodrigues, existem mais para a promoção e a criação de certas condições.

— No nosso caso — salienta Giovanni — é óbvio que não poderemos oferecer muitas opções, pois somos uma empresa de apoio e promoção. Mas não discuto, por exemplo, que o Bosque dos Namorados foi feito para namorar.

OS RECURSOS — De qualquer forma, o problema tem suas explicações e a sua equação é, de certa maneira, simples, resumindo-se, basicamente, na falta de recursos financeiros. O turista a nível com-

petitivo — pois ele chegou a esse ponto no país, com os Estados realizando esforços para atrair o maior fluxo de turistas possível — e empresarial, exige investimento. O problema é que nem todos entendem esse aspecto e é comum muito político demagógico condenar, com longas e furibundas catilinárias, viagens de dirigentes para congressos turísticos — o próprio Giovanni foi criticado, quando de sua participação no congresso da Asta, no Rio de Janeiro.

Os planos existem, segundo o presidente da Emprotur, e “em muitos setores, mas os recursos necessários para executá-los é que são difíceis.

E salienta:

— Fazemos o que podemos. Mas veja que somente depois de alguns meses da construção do Centro de Turismo é que vamos poder proporcionar, para quem o procurar, uma programação cultural, graças a verbas da Embratur.

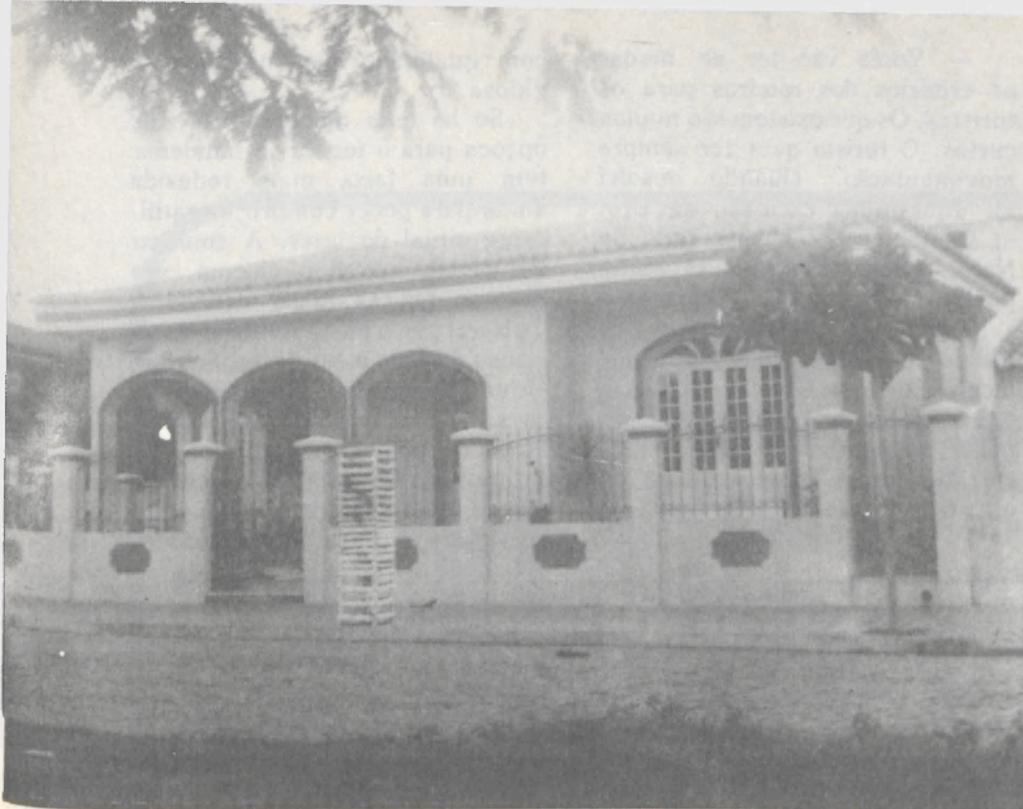
ATÉ UM LANCHE — O mais grave é que o problema não se restringe tão somente às atrações e opções turísticas. Até o trivial é difícil para o visitante. Numa pesquisa realizada pelo RN-ECONOMICO foi possível estabelecer que, num domingo ou feriado, é bastante problemático até um simples lanche no centro da cidade. E é impossível se conseguir um simples cafezinho pequeno. Depois da meia-noite, em qualquer dia da semana, o drama é o mesmo e até o “COFFE SHOP” do Hotel Ducal

fecha cedo. Quem não quiser dormir com fome, tem de recorrer às barraquinhas de *xis-dog*, localizadas ao longo da orla marítima. O próprio restaurante do “Bosque dos Namorados” — que existe basicamente para o turista — não funciona às segundas-feiras e habitualmente encerra seu expediente em torno da meia-noite. O restaurante do Ducal Palace Hotel — o mais ambicioso empreendimento hoteleiro dos últimos anos no Estado e que, pensava-se, iria solucionar muito bem parte do problema — fecha às 23 horas. Segundo o maitre José Guerreiro — que tem 24 anos de profissão — só quando há um movimento excepcional é que a hora do fechamento será prolongada. Mas é uma situação de fato: o restaurante não arrisca a esperar eventuais clientes

E parece ter se institucionalizado entre os restaurantes, principais de Natal, um consenso em torno da hora de fechamento. Talvez por falta de mentalidade turística. Dentro desse raciocínio, tudo é em função do *habitué*, do frequentador daqui mesmo, que tem comportamento progra-

Giovani Rodrigues: “EMPROTURN é mais uma empresa de apoio e promoção”





Restaurante Xique-Xique: só fica aberto enquanto houver freguês dentro.

mado: chega sempre a tal hora e fica até as tantas. Ninguém arrisca ao eventual.

Assim, essa sistemática é obedecida pelo Xique-Xique — agora funcionando no centro da cidade — que sempre foi um tradicional local de jantares e de almoços de políticos. A explicação do seu proprietário é que “as portas ficam abertas até quando o movimento é normal; mas, quando começa a escassear a frequência, o jeito é fechar”. Inclusive aos domingos. Durante os dias de semana abre até às 14h30m e reabre às 18 horas.

Sérgio Oliveira, arrendatário do restaurante do “Bosque dos Namorados”, conseguiu vencer alguns preconceitos e está tentando criar o hábito da frequência para o jantar, ali. De segunda a quarta-feira está abrindo para o jantar e da quinta até o domingo para o almoço e jantar. Sua interpretação para o horário é a seguinte:

— Aqui nós não fechamos, propriamente. Apenas a procura da segunda até a quarta-feira só garante algum lucro se for para o jantar. Para o almoço não vem quase ninguém. Porém abrimos, também, em casos excepcionais: é só telefonar”.

Atitude que, evidentemente, o turista nunca irá tomar, pois quem está a passeio quer encontrar tudo a tempo e a hora e não vai se preocupar em assegurar atendi-

mento em restaurante por telefone.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

— E é percebendo que há brecha na estrutura turística e, conseqüentemente, campo para quem quiser prestar serviços profissionais, que um grupo — ainda em questão de se manter no anonimato, por ora — está se organizando para montar uma empresa especializada no atendimento ao turista.

Um elemento credenciado do grupo disse ao RN—ECONÔMICO:

— Estamos nos organizando para entrar no mercado. Salta aos olhos que Natal está precisando de uma empresa para prestar toda assistência ao turista, fornecendo guias, providenciando roteiros, selecionando os locais a serem visitados.

De fato. Se, realmente, uma empresa desse tipo passar a funcionar conforme o grupo está preten-

Veja como a **DIVEMO** pode ajudar os negócios a correrem melhor para você.



Nós sempre acreditamos na especialização.

É por isso que nos sentimos à vontade para oferecer os nossos serviços a você e ao seu Mercedes-Benz.

Assim, quando você precisar de um veículo de alta qualidade para transporte de carga ou de passageiros, vai encontrar aqui, à sua disposição, uma equipe de especialistas, preparada para assessorá-lo em todos os detalhes na escolha de um caminhão ou de um ônibus.

Vamos poder escolher juntos o veículo mais adequado para o tipo e a quantidade de carga que você pretende transportar.

E depois, quando você já tiver o seu Mercedes-Benz, vai conhecer os serviços da nossa assistência técnica, feita por mecânicos treinados na própria fábrica, que trabalham com terramental adequado e só utilizam peças genuínas.

Nós lhe oferecemos todas as condições para que o seu caminhão ou ônibus Mercedes-Benz

continue sempre com a sua alta qualidade de fabricação. Em outras palavras, com a sua longa e econômica vida útil.

Antes e depois de comprar o seu Mercedes-Benz, converse conosco. Além dos bons serviços, nós lhe oferecemos também a nossa tradicional cortesia.



Mercedes-Benz

DIVEMO S/A Distribuidora Potiguar de Veículos e Motores

Matriz: Rua Teotônio Freire, 218 Fones: 222-0168 — 222-2822 NATAL-RN

Filial: Rua Cel Gurgel, 372 Fone: 8967 MOSSORÓ-RN



Bosque dos Namorados: à espera de um zoológico.

dendo, ficará sanada a falta de entrosamento entre a clientela turística e os proprietários de restaurantes. Porque essa empresa ficará com a missão de avisar antecipadamente da visita dos turistas, acertar almoços e jantares e, desse modo, não ocorrerá situações como as relatadas por Sérgio Oliveira — o restaurante ficar aberto sem clientes e com prejuízo.

SONHO E REALIDADE — Mas se a possibilidade da cidade contar com uma empresa de prestação de serviços é, pelo menos, uma perspectiva, as atrações em si nem ao menos têm essa característica. Giovani Rodrigues lembra que seria bom implantar um jardim zoológico no Bosque dos Namorados mas, ao mesmo tempo, vê logo o obstáculo do dinheiro.

— Onde conseguir verba suficiente para comprar animais? — pergunta no seu tom de desânimo

O pior é que até mesmo os locais de atração que a tradição deu à cidade sofrem, as vezes, as consequências gerais da falta de estrutura. Recentemente um grupo de turistas de São Paulo ficou impedido de conhecer o Forte dos Reis Magos tão somente porque era o dia de folga dos funcionários e ele estava fechado. Limitaram-se a contornar o forte por fora. Num congresso de agentes de viagens, realizado em março deste ano, uma turista de Minas, Carla Schultz, foi muito franca com os homens envolvidos no turismo do Rio Grande do Norte, tendo afirmado:

— Vocês vão ter de mudar os critérios dos roteiros para os turistas. Os que existem são muitos curtos. O turista quer ter sempre movimentação. Quando resolvi vir aqui numa excursão da Urbi et Orbi queria conhecer tudo de Natal. Mas acho que vi muito pouco.

Um agente de viagem espantou-se e perguntou aos jornalistas locais por que pelo menos não havia casas de lanches de categoria no centro da cidade, pois ele, durante os dias na cidade, só viu mesmo duas e de serviços

com qualidade mais do que duvidosa.

Se há esse minguado lote de opções para o turista, o natalense tem uma faixa mais reduzida ainda para poder cumprir o gratificante ritual do lazer. A começar do trivial, que é o cinema, vez que as poucas casas exibidoras de Natal têm o pior padrão de instalações de todo o Nordeste. Sobram alguns bares sem maiores motivações, na orla marítima, uma meia dúzia de boates e, naturalmente, as praias. Aí volta-se ao círculo de giz: beleza natural é muita coisa mas não é tudo numa cidade.

ESTÃO CHEGANDO AS NOVAS ESCAVADEIRAS

Já estão a caminho do Brasil os mais novos lançamentos da CATERPILLAR — as escavadeiras hidráulicas modelos 225 e 235.



Tanto uma quanto outra têm sistema hidráulico de fluxo variável, bastante superior ao sistema de fluxo fixo das escavadeiras normalmente encontradas no mercado. Os motores são de fabricação própria da CATERPILLAR — como sempre acontece em todo equipamento nosso.

Maiores informações na

MARCOSA S.A.

MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

NATAL - R.G. do Norte
Trav. das Donzelas, 311

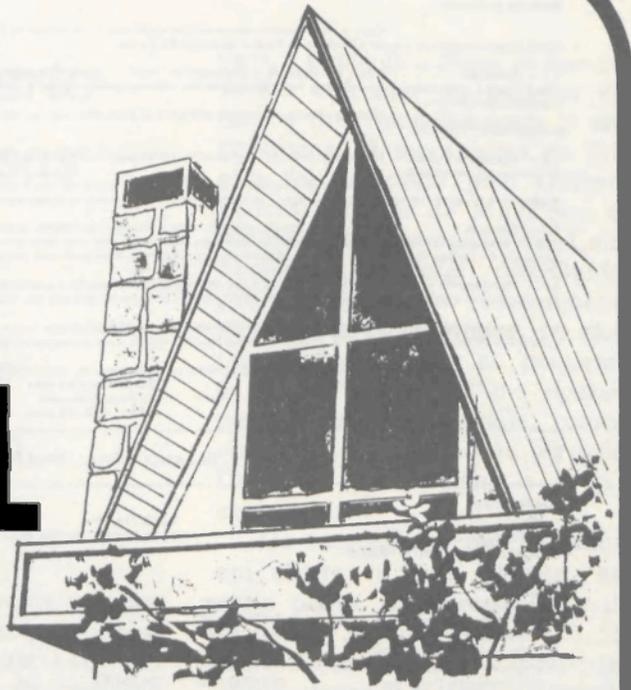
FORTALEZA — Ceará
Rua Castro e Silva, 294/3

J. PESSOA - Paraíba
BR-101, nº 235 D.1



CATERPILLAR BRASIL S.A.

VOCÊ VENDE SEU IMÓVEL PELO VALOR CADASTRADO?



Antes de você reclamar sobre o novo valor atribuído ao seu imóvel, procure saber qual a sua cotação no mercado imobiliário local.

Você constatará que não o venderia nem pelo triplo do valor que ele foi cadastrado.

A Prefeitura não aumentou o imposto.

O que ela fez foi uma reavaliação da sua base de cálculo sobre o valor venal do imóvel.

E baixou a alíquota de 1% para 0,6%.

A maior arrecadação que essa revisão vai possibilitar, voltará em forma de benefício a você mesmo: uma maior coleta de lixo: mais ruas calçadas, novas praças, melhor iluminação pública, etc.

É da falta destes serviços básicos que a Prefeitura quer que você deixe de reclamar.

E está trabalhando para atingir essa meta.

Com a sua contribuição.



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

Secretaria de Finanças



INDÚSTRIA E COMÉRCIO JOSÉ CARLOS S.A.

C.G.C. 08.811.226/0001 • MATRIZ: CAMPINA GRANDE - PB
FILIAIS: SOUSA E JOÃO PESSOA - PB - NATAL - RN - RECIFE - PE

1 - RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Com o encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 1976, submetemos a vossos exames o Relatório sobre as atividades da Empresa, acompanhado do Balanço Geral, Demonstração de Lucros e Perdas e do Parecer do Conselho Fiscal.

1.1 - Produção - Como era esperado, a produção de "café", "farinhas de milho comuns" e "farelo", apresentou-se um pouco inferior ao ano anterior. O café, em vista dos aumentos de preços, teve o seu consumo diminuído e as farinhas de milho comuns cederam lugar à produção de Vitamihlo. A produção de farelo como decorrência das farinhas de milho comuns, acompanhou o seu comportamento.

Com referência aos outros produtos da Empresa, ocorreu um pequeno acréscimo na produção de "corantes alimentícios" e quase que uma duplicação na quantidade produzida do "Vitamihlo".

1.2 - Mercado e Vendas - No exercício findo, o Vitamihlo foi lançado nos Estados da Bahia e Ceará, havendo ainda sua consolidação, juntamente com os demais produtos "São Braz", nas áreas de mercado já exploradas.

As vendas da empresa se comportaram de forma idêntica à sua produção, em vista da característica própria do negócio, de trabalhar com pequenos estoques de Produtos Acabados. Em termos de vendas "em cruzeiros", o montante atingido excedeu as expectativas.

1.3 - Finanças - O resultado líquido positivo, após o Imposto de Renda, alcançou os Cr\$ 10 milhões, num faturamento de Cr\$ 172,8 milhões, representando uma margem de lucros inferior à nossa performance em anos anteriores, justificada, entretanto pelo alto custo dos recursos financeiros durante o ano de 1976, fruto de liberação das taxas de juros para os estabelecimentos bancários. Os índices financeiros do balanço apresentam-se satisfatórios, revelando uma pequena elevação no grau de endividamento, porém a nível perfeitamente aceitável.

1.4 - Investimento - A Empresa manteve a sua política de modernização e ampliação no ano de 1976, havendo investido aproximadamente Cr\$ 5 milhões em máquinas, equipamentos e frota de veículos. Em vista dos aumentos de preços em geral, substancial soma foi aplicada em "capital de giro".

1.5 - Previsões para 1977 - Espera-se atingir todo o Nordeste e parte da região Norte com o Vitamihlo. A filial de João Pessoa será deslocada para o município de Cabedelo (Pb), em novas e modernas instalações. Novos investimentos serão feitos no parque fabril da matriz, com conseqüente elevação de sua capacidade de produção.

Agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, concorreram para os bons resultados alcançados no exercício de 1976.

José Carlos da Silva Júnior
Diretor Presidente
CPF n. 003 340 304

Oto Ouriques da Silva
Diretor Comercial
CPF n. 008 165 154

Hélio Gomes Pimentel
Diretor Financeiro
CPF n. 003 275 734

Nicomedes Henriques de Oliveira
Diretor Administrativo
CPF n. 008 619 444

ATIVO BALANÇO GERAL, ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976 PASSIVO

ATIVO		BALANÇO GERAL, ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976		PASSIVO	
DISPONÍVEL				EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	
Caixa	1.313.774,24			Fornecedores	12.253.063,70
Bancos c/ Movimento	8.722.723,86	10.036.498,10		Credores Diversos	1.161.816,13
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO				Bancos c/ Financiamento de Giro	8.483.134,31
Créditos				Diretores e Acionistas	399.083,67
Depósitos Vinculados	6.108,00			Obrigações Previdenciárias	319.539,07
Adiantamentos Diversos	4.925.308,84			Obrigações c/ Passivo	33.356,95
C/Correntes Filiais	974.156,82			Obrigações Tributárias	2.009.753,77
Clientes e Contas a Receber	15.032.917,37			Obrigações Várias	110.426,49
(-) Prov. p/Devedores Duvidosos	(411.665,95)			Provisão p/Imposto de Renda	480.588,00
(-) Duplicatas Descontadas	(9.272.567,25)	11.254.257,83		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Estoque				Bancos c/ Financiamento de Giro	10.401.719,00
Matérias Primas	22.810.104,08			Bancos c/ Financiamento Imobilizado	742.397,15
Material de Embalagem	1.712.153,83			Financiamento Moeda Estrangeira	1.227.500,00
Material Diversos	849.633,06			INEXIGÍVEL	
Produtos Acabados	1.239.097,94			Capital Social	7.000.000,00
Mercadorias	2.747.116,00			Reservas	
(-) Provisão p/ICM PN CST N. 70/72	(3.014.369,93)	26.343.734,98	37.597.992,81	Reserva Legal	1.405.102,28
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Reserva Especial	1.404.636,77
Depósitos p/Incentivos Fiscais	2.810.544,71			Reserva p/Aumento Capital Lei 4239	870.542,50
Depósitos p/Importações	217.529,29	3.028.074,00		Reserva p/Aumento Capital	4.765.599,41
IMOBILIZADO				Reserva Correção Monetária	2.511.860,49
Imobilizações Técnicas				Reserva p/Man. Capital de Giro	5.906.495,18
Valor Original	14.691.772,62			Reserva p/Aumento Capital Dec 4312	479.753,53
(+) Variação do Valor Original	5.546.888,41			Lucros à Disposição de Assembléia	3.802.611,20
(=) Valor Corrigido	20.238.661,03			RESULTADO PENDENTE	
(-) Deprec. s/Valor Original	(3.085.105,99)			Custos a Recuperar	224.526,81
(-) Deprec. s/Variação	(1.470.080,88)			Passivo Real	
(-) Variação das Depreciações	(2.246.749,65)	13.436.724,51			65.993.506,40
Imobilizações Financeiras				COMPENSAÇÃO	
Empréstimos à Eletrobrás	431.889,01			Seguros Bens e Valores	21.926.560,88
Outras Imobilizações Financeiras	241.515,78	673.404,79	14.110.129,30	Outras Contas	27.148.483,34
RESULTADO PENDENTE					
Valores Aleatórios	638.430,88				
Valores Diferidos	440.096,97				
Valores Transitórios	13.291,93				
Insuficiência das Depreciações	128.992,41	1.220.812,19			
COMPENSAÇÃO					
Bens e Valores Segurados	21.926.560,88				
Outras Contas	27.148.483,34	49.075.044,22			
Total			115.068.550,62	Total	
				115.068.550,62	

DÉBITO DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" CRÉDITO

Despesas Administrativas	8.408.111,98			RECEITAS OPERACIONAIS	
Despesas de Comercialização	12.658.219,60			Produtos Fabricação Própria	164.143.561,47
Despesas Tributáveis	226.808,25			Produtos de Terceiros	8.662.514,66
Despesas Tributárias	17.263.078,99			(-) Custo dos Produtos Vendidos	172.806.076,13
Despesas Financeiras	3.796.860,03			PRODUTO DAS OPERAÇÕES SOCIAIS	
Outras Contas	7.851,29				49.233.138,82
Provisões (Formação)	3.914.834,25	46.275.764,39		PROVISÕES - (Reversão)	
DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO				Prov. p/ICM PN CST No. 70/72	2.218.917,71
Reserva p/Man. Capital Giro Próprio	4.404.378,00			Prov. p/Devedores Duvidosos	173.101,87
Reserva p/Aumento Capital Lei 4239	868.286,00			Outras	3.574,83
Reserva Legal	504.182,00			RECUPERAÇÕES	
Reserva Especial	504.182,00			Diversas	187.424,79
Lucros à Disposição da Assembléia	3.802.611,20	10.083.639,20		RECEITAS DIVERSAS	
Total			56.359.403,50	Variações de Custo	3.319.470,45
				Outras Contas	1.223.775,12
				Total	
					56.359.403,59

José Carlos da Silva Júnior
Diretor Presidente
CPF n. 003 340 304

Oto Ouriques da Silva
Diretor Comercial
CPF n. 008 165 154

Hélio Gomes Pimentel
Diretor Financeiro
CPF n. 003 275 734

Nicomedes Henriques de Oliveira
Diretor Administrativo
CPF n. 008 619 444

Fernando A. Vasconcelos de Sousa
Téc. Contabilidade CRC-Pb n. 1501
CPF n. 058 594 414

(Transcrito no Livro Diário n. 28)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Indústria e Comércio José Carlos S. A., tendo examinado o Balanço Patrimonial e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas da referida Empresa, relativos ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 1976, baseados nas informações, relatórios e documentos que lhes foram apresentados pela Diretoria, são de parecer que os mesmos refletem a real situação econômico-financeira da Empresa.

Campina Grande, Pb., 26 de janeiro de 1977

Valecy Villarim Meira

Othon Uchoa

Custódio Novais de Miranda

Progiro: dinheiro mais farto e barato para as empresas

Os recursos postos à disposição pelo Progiro para as empresas médias e pequenas são razoavelmente baratos. Mas o crédito é o mesmo: só têm acesso a eles, as empresas com rentabilidade e cronograma capaz de garantir o resgate do compromisso.

A angústia por conta do capital de giro já não vai pesar tanto no *stress* do empresário pequeno e médio do Rio Grande do Norte e a necessidade de obtê-lo de qualquer maneira, para evitar a paralisação — temporária ou permanente — dos negócios e planos de expansão, não vai mais exigir o penoso roteiro aos bancos e alguns órgãos oficiais. O Programa de Capital de Giro — Progiro, está aí, em pleno funcionamento.

E chegou tarde, embora não fora de tempo. Com os seus recursos — no Rio Grande do Norte serão repassados Cr\$ 90 milhões pelo BDRN e 15 milhões pelo Banco do Nordeste do Brasil — será possível tirar muitas empresas da entaladela causada pela falta de recursos e, em alguns casos, até mesmo salvar algumas de um futuro altamente incerto.

— Na conjuntura econômica que atravessamos, onde existia uma severa restrição ao crédito, a criação do Progiro foi providencial. — disse ao RN—ECONÔMICO o gerente da agência de Natal do Banco do Nordeste, Sr. Anchieta de Guarany Fernandes, acentuando que “muitas empresas, aumentando o seu capital de giro, vão desafogar-se, conseguindo condições para saldar seus compromissos em atraso, substituindo uma linha de crédito de juros elevados por uma de juros

“leves” é justamente a marca alvissareira do Progiro, porque isso implica em custo mais baixo do dinheiro. Ou o fim da restrição ao crédito que era, no entender do economista Francisco Edvaldson Borba, diretor de operações do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte — BDRN, “uma medida para conter o processo inflacionário”.

— O Progiro — disse ele — é uma medida que deixa eufórica a classe empresarial e decorre de uma mudança no comportamento da economia.

E a euforia verifica-se em decorrência das condições mais acessíveis de acesso ao dinheiro, até então cada vez mais difícil e

caro, a ponto de asfixiar os que ousavam enfrentar os pesados encargos dos financiamentos e empréstimos. O mecanismo do Progiro foi instituído pelo Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, com recursos da Caixa Econômica Federal distribuídos pelos bancos de investimento na forma de empréstimos, em ofertas variáveis, para as pequenas e médias empresas que operam em atividades industriais, comerciais ou de prestação de serviços. Os juros não excedem a 27 por cento ao ano.

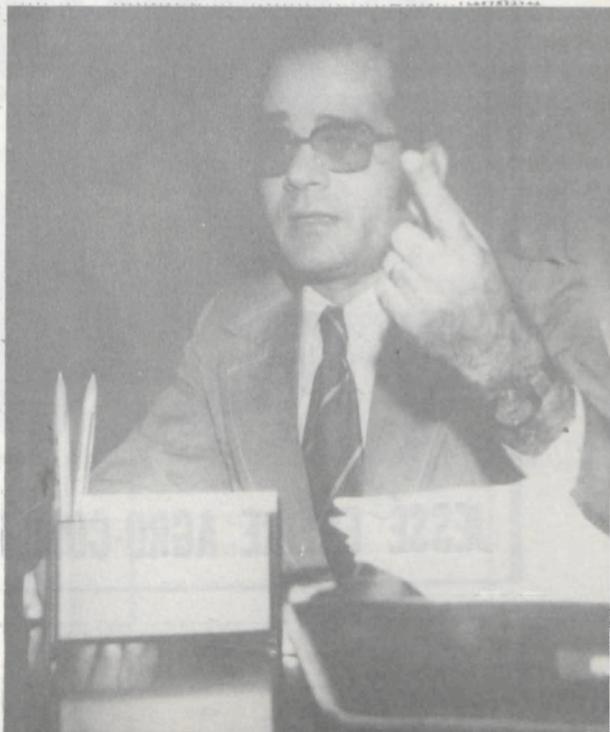
Os empresários não hesitaram em acorrer a essa nova e, até certo ponto, inesperada fonte de dinheiro. Segundo informa o Sr. Anchieta de Guarany, as propostas apresentadas ao Banco do Nordeste — num total de 20 empresas — já preencheram o limite do “nosso crédito aberto na Caixa Econômica”.

No BDRN, consoante a informação do seu diretor de operações chegou a 50 o número das empresas que apresentaram proposta.

— Mas é evidente — ponderou — que nem todas terão aprovadas as suas propostas. Haverá, primeiro, o processo de seleção e filtragem.

A SELEÇÃO — Quanto a esse aspecto, não houve mudança: a concessão do empréstimo não

Anchieta de Guarany Fernandes: Aumentando capital de giro, empresas poderão saldar compromissos. E tem agora linha de crédito com juros mais leves.



se dará a firmas que não apresente sólidas garantias e viabilidade

— A orientação do banco é no sentido de conscientizar o empresário de que a melhor opção não está em obter elevados recursos quando não há condições de pagar. O importante é cada empresário tratar, com realismo, a programação de sua empresa, de modo a cumprir com o compromisso assumido. — disse o Sr. Francisco Borba.

Lembra ele que o próprio BDRN tem no programa o seu limite de crédito estabelecido pela Caixa Econômica, só podendo emprestar a cada empresa o máximo de Cr\$ 4 milhões e 200 mil. Por sua vez, o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte estabeleceu o seu limite de empréstimo às empresas, tomando como base o patrimônio líquido, ficha cadastral e a sua capacidade de endividamento.

Muitas empresas possuem um vasto patrimônio físico, mas estão em má situação econômica com excesso de dívidas. Por isso, não têm condições de tomar dinheiro emprestado.

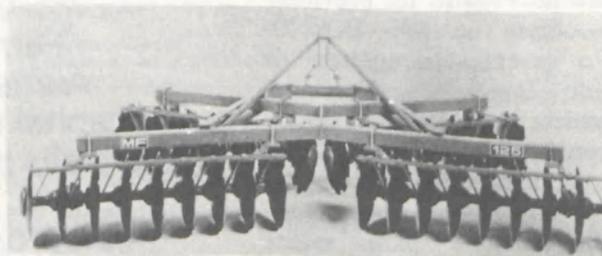
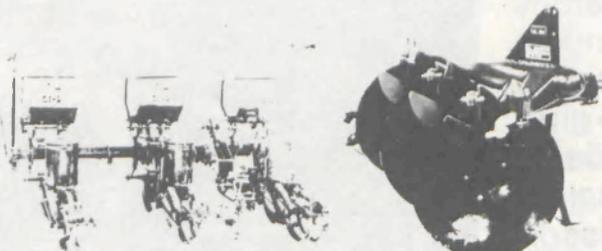
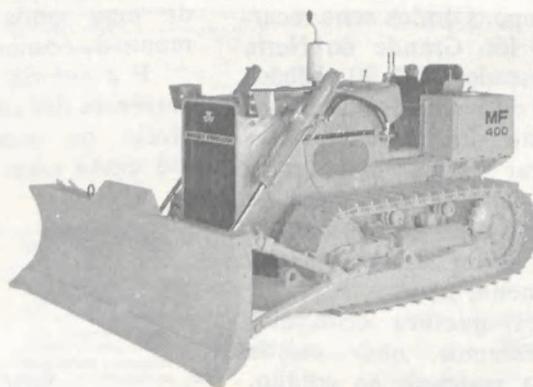


Francisco Borba: Empréstimos só a firmas com sólidas garantias e projetos com viabilidade.

OS CRITÉRIOS — Com vistas ao processo seletivo, o Progiro dividiu as empresas em dois grupos: pequenas e médias — da indústria; do Comércio e prestação de serviços. Assim, são consideradas Empresas Industriais Pequenas as que no exercício financeiro de 1976 faturaram até Cr\$..... 30.720.000,00; Empresas Comerciais Pequenas são as que não ultrapassaram, no mesmo exercício a Cr\$ 10.530.000,00; são Empresas Industriais Médias as que não ultrapassaram a Cr\$ 74.600.000,00 e Médias Comerciais as que não excederam a Cr\$ 35.108.000,00 no mesmo período.

O primeiro passo para o empresário que deseja obter empréstimo do Progiro para aumentar o seu capital de giro é ir ao órgão repassador e assinar uma carta-proposta indicando o montante de sua pretensão, que deve ser correspondente, em média, a 100% do seu patrimônio líquido. A carta-proposta e a ficha cadastral são enviadas à agência local da Caixa Econômica a quem caberá dar o sinal verde para o empréstimo. Isso conseguiu

COM A NOVA LINHA MASSEY FERGUSON ESTÁ CADA VEZ MAIS FÁCIL FAZER AGRICULTURA !



JESSÉ FREIRE AGRO-COMERCIAL S/A

MATRIZ: Rua Teotônio Freire, 283
NATAL — RIO GRANDE DO NORTE
FILIAL: Rua Alfredo Fernandes, 4
MOSSORÓ—RN

do, é firmado o contrato entre o mutuário e a CEF do Rio, que libera o total do empréstimo. A amortização é feita no prazo de 24 meses, em prestações trimestrais, assim estabelecidas: pagamento de juros de 20 por cento até maio; de junho a dezembro, 10 por cento de mês a mês e 20 por cento para os meses restantes do prazo. Ou seja: as empresas industriais e comerciais pequenas pagarão juros anuais de 22 por cento, enquanto as médias pagarão 27 por cento ao ano.

AS BENEFICIADAS — Os empresários que já foram beneficiados com o Progiro estão realmente satisfeitos. Pelo menos, assim afirmaram em declarações ao RN—ECONÔMICO. O economista Airtton Soares Costa, sócio gerente da Recomape, disse:

— Foi realmente uma satisfação termos sido contemplados com essa linha especial de crédito. A medida que criou o Progiro, além dos benefícios que possibilita, tem um sentido social, beneficiando o consumidor, ao possibilitar uma maior oferta de produtos

a preços acessíveis. Por outro lado, a taxa de juro para pagamento em dois anos, em sete parcelas, é bastante razoável.

A Recomape recebeu um financiamento, através do Banco do Nordeste, no montante de Cr\$..... 700 mil e é uma empresa do ramo da venda de máquinas e equipamentos para escritório, com oito anos de atividades, com filial em Mossoró e a matriz em Natal.

Já a Potiguar Pneus, que está em atividades há apenas cinco meses, está tentando obter um empréstimo do Progiro da ordem de Cr\$ 200 mil e o seu gerente, Roberto Luis Soares, considera o programa como "uma iniciativa válida do Governo para beneficiar as pequenas e médias empresas".

— O empréstimo em questão — afirmou — aumentará o capital de giro das empresas enquanto, paralelamente, criará condições para, em decorrência das vantagens oferecidas, possibilitar,

em determinado período, à empresa, possuir o seu próprio capital de giro.

E explicita seu raciocínio:

— Em nosso ramo de negócios (vendas e recauchutagem de pneumáticos em geral) ocorre numa média de dois em dois meses a alta de preços. Contando com os recursos do empréstimo, poderemos aumentar o nosso capital e, assim, comprar — mais mercadorias, estocando-as. Ora, com bons estoques, poderemos obter lucros nas ocasiões de altas, com bom atendimento aos clientes. Por sua vez, a margem de lucro dará condições para que possamos cobrir a taxa de juros do empréstimo.

É um raciocínio prático. E os critérios estabelecidos para o acesso aos recursos do Progiro exigem esse tipo de raciocínio. Porque, se as condições de juros e prazos são razoáveis para os tomadores, a essência do programa está centrada em parâmetros inflexíveis, totalmente avessos ao paternalismo e irrecorrivelmente baseados em prazos rígidos para pagamentos

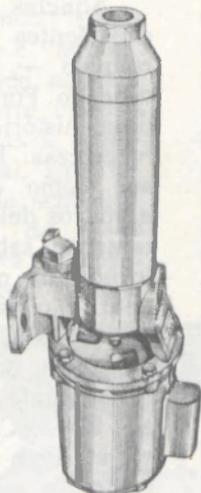


GALVÃO MESQUITA FERRAGENS SA

Matriz: Dr. Barata, 217/219

Câmara Cascudo, 210/216 (Galeria)

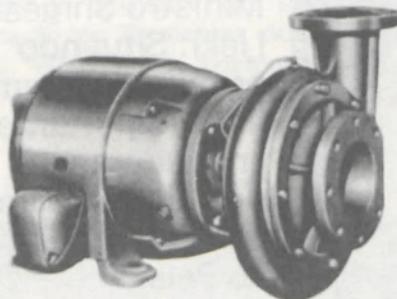
BOMBA MULTI ESTÁGIO HORIZONTAIS



PARA

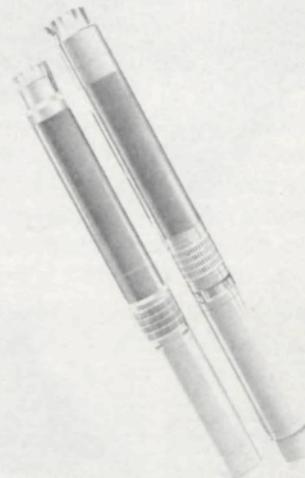
lavagem de veículos
estábulo
tratores
recalque em edifícios
reservatórios elevados
sistemas de prevenção de incêndios
sistemas "booster"

BOMBAS CENTRÍFUGAS DE USO GERAL



Projetadas para longa duração

BOMBAS SUBMERSÍVEIS



Capacidade d'água até 300 metros

Começa o diálogo no nosso setor de minérios

O tungstênio é um mineral com aplicação variadíssima, inclusive em setores sofisticados da tecnologia, como nas cápsulas espaciais. É, pois, da maior importância para o futuro da economia do Estado. Só agora, porém, é que os encarregados do setor começaram um diálogo mais estreito, que se iniciou no 1º Encontro Nacional Sobre Tungstênio

O Rio Grande do Norte tem dado pouca importância aos seus minérios. Discursos proferidos sobre o futuro e perspectivas da economia do Estado, sempre passam de raspão, por mais ufanistas que sejam, pelas potencialidades minerais de um Estado onde a natureza parece ter sido razoavelmente generosa na concessão desses recursos. Possivelmente questão de hábito, ou falta de divulgação do que se está fazendo

ou, ainda, por ser o assunto árido e pouco atraente.

Por isso não teve o devido eco o enfático discurso do Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, que situou os minérios como a mais animadora perspectiva para o futuro da economia do país, ao falar na solenidade de encerramento do 1º Simpósio Nacional Sobre Tungstênio, que se realizou em Natal em maio deste ano, com a presença de um



Ministro Shigeaki Ueki: Situando os minérios como a mais importante e animadora perspectiva para o futuro econômico do País.

expressivo grupo de técnicos — inclusive o Superintendente da Sudene.

Ante uma opinião pública indiferente, importantes temas foram abordados, ao mesmo tempo que, após o encerramento da reunião, o Rio Grande do Norte ganhava a sua fábrica de scheelita sintética, em Currais Novos, do grupo Tomas Salustino, cuja produção já tem mercado garantido e se constituirá em fator dos mais importantes na política de exportação do Governo.

CRISES E EVOLUÇÕES — O 1º Encontro Nacional Sobre Tungstênio, no dizer do Secretário de Indústria e Comércio, economista Benivaldo Azevedo (que foi um dos seus organizadores) visou justamente “arregimentar a todos, homens da mineração, da indústria e do Poder Público, na discussão e na busca de soluções comuns e racionais”.

Porque o setor tem sofrido, como todos produtos primários, períodos de crises e euforia. Ao falar durante o encontro, o Sr. Benivaldo Azevedo mostrou-se algo solene ao afirmar:

— Iniciamos hoje uma jornada de trabalho sonhada e almejada há muito tempo: a reunião entre produtores, consumidores, técnicos e outros estudiosos da extração de minérios de tungstênio e de seu processamento industrial.

Aquelas palavras — estavam conscientes os participantes da reunião — tinham profundo significado. Por trás delas estava toda uma história de desencontros e incertezas. Embora o tema ainda soe como delicado e explosivo e poucos deles queiram falar abertamente, sabe-se que se trava em torno dos minérios uma batalha nem tão surda contra grupos multinacionais que sabem da importância das jazidas potiguaras e, segundo afirmou um técnico ao RN—ECONÔMICO, “já têm planos bem concretos para conseguirem o máximo de vantagens”.

Na ocasião, o próprio Benivaldo Azevedo afirmou:

— O diálogo que hoje se inicia sob a denominação do 1º Simpósio Nacional Sobre Tungstênio encontra suas raízes no princípio da década de 40 quando o Brasil, através do Nordeste e, mais precisamente, do Rio Grande do Norte, produzia os primeiros quilos de scheelita e fornecia a sua parcela de ajuda ao esforço de guerra dos Aliados.

E prosseguiu:

— Desde então, a indústria da mineração da scheelita, através de fases alternadas de euforia ou de crises, foi alcançando relativo nível de desenvolvimento, até os dias atuais, em que se apresenta em etapas de nítida consolidação econômica, garantida em parte pelo avanço da tecnologia do tungstênio, que assegura ao minério novos usos e novos mercados.

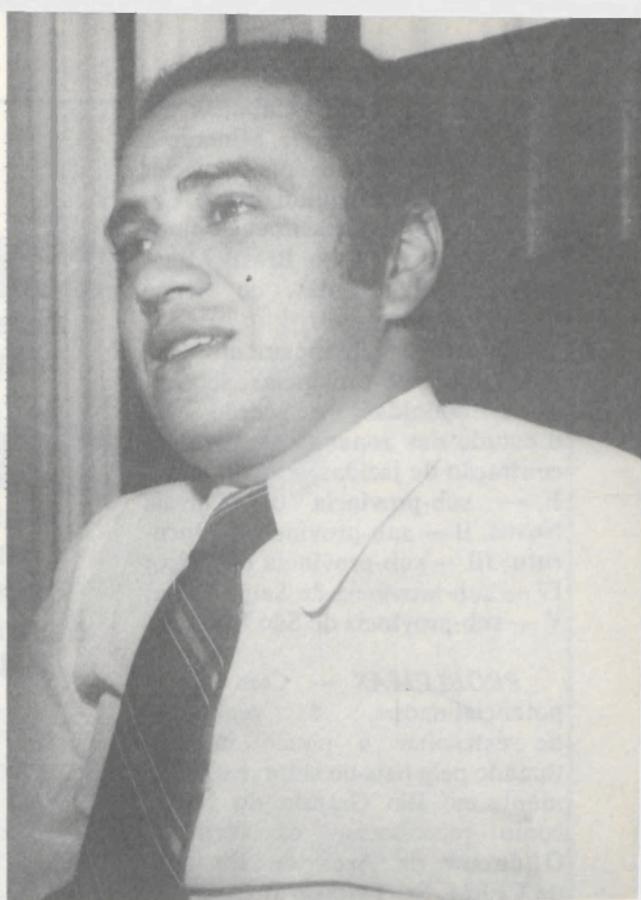
A SCHEELITA POTIGUAR —

As discussões ensejaram também um conhecimento mais detalhado a respeito da scheelita potiguar. O engenheiro de minas Paulo Roberto S. Dutra, da Mineração Tomaz Salustino, revelou, em minucioso estudo, que a “provincia scheelífera do Brasil se localiza na região Nordeste, abrangendo parte dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

— Sua descoberta — aduziu ele — se deu durante a última guerra mundial, devido a intensa procura dos metais estratégicos Tungstênio e Tântalo, pelo governo americano. São conhecidas mais de 200 ocorrências de minério de tungstênio em uma área de aproximadamente 30.000 Km².

Disse, a seguir, que é “notadamente na região do Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte, onde se situam as maiores jazidas de tungstênio de cálcio natural, que comumente chamamos de scheelita, um mineral minério, do metal tungstênio. A primeira ocorrência de scheelita descoberta no Bra-

**Benivaldo Azevedo:
Vivemos etapas
de nítida
consolidação
econômica,
com relação à
extração mineral,
no Rio Grande do
Norte.**



sil foi no município de Serra Negra no ano de 1942”.

A **IMPORTÂNCIA** — Talvez a inexplicável indiferença da opinião pública ante os problemas e possibilidades da scheelita esteja no seu desconhecimento quase total de sua importância para a civilização moderna. Pois é utilizado na indústria bélica, indústria espacial, indústria elétrica-eletrônica, indústrias mecânica e química. Entre as principais aplicações do metal tungstênio estão: fabricação de armamentos bélicos; fabricação de revestimentos dos circuitos eletrônicos das cápsulas espaciais e satélites; fabricação de componentes de turbinas de aviões; fabricação de filamentos de lâmpadas elétricas e componentes de equipamentos eletrônicos; fabricação de ferramentas de corte, tais como mandris, pastilhas para torno mecânico, moldes para

estampagem, feiras, perfuratrizes de rochas, brocas; fabricação de platinados, composição

química de óleos lubrificantes, pigmentos químicos e um sem número de aplicações industriais.

Um exemplo técnico dado pelo engenheiro Paulo Roberto, se bem que encoberto pelo jargão, serve para aferir a importância do tungstênio, na civilização moderna. Disse ele:

— Apenas como exemplificação de uma de suas aplicações industriais temos que: 500 gramas de tungstênio trefilado a 0.056m de diâmetro fornece 9.76 metros de fio metálico, o suficiente para fabricar filamentos para 14.000 lâmpadas de 60 watts.

OS LOCAIS E OS GRUPOS — O estudo revela outros dados importantes. Por exemplo: dos três mais importantes grupos empresariais que atuam no campo da pesquisa, larva, beneficiamento e comer-

**fuja do trânsito.
use o telefone!**



cialização da scheelita apenas um deles é local. São: Mineração Tomaz Salustino S/A — local; Mineração Acauá Indústria e Comércio, do grupo Brasimet e Mineração Tungstênio do Brasil Minérios e Metais Ltda., do Grupo Union Carbide.

Quanto ao mapeamento das chamadas sub-províncias scheelíferas, definidas de acordo com o estudo das zonas de maior concentração de jazidas, é o seguinte: I — sub-província de Currais Novos; II — sub-província de Jucurutu; III — sub-província de Caicó; IV — sub-província de Santa Luzia; V — sub-província de São Tomé.

PROBLEMAS — Com tantas potencialidades, é realmente de estranhar o pouco impulso tomado pelo país no setor, especialmente no Rio Grande do Norte, como reconhecem os técnicos. O diretor da Área de Finanças do CPRM, Sr. Tarcisio B. Arantes, afirmou que “o setor mineral brasileiro, embora crescendo nos últimos 20 ou 30, de forma sistemática e a taxas elevadas, ainda possui dimensões bastante reduzidas, se comparado à agricultura ou à indústria, ou ainda ao setor mineral de países de potencial mineral semelhante, ou de tradição mineral”.

E acrescentou:

— Os dados da Fundação Getúlio Vargas sobre o Produto Real Brasileiro, no período 1949-69, os últimos disponíveis, incluindo a Indústria Extrativa Mineral (mas que permitem uma comparação mais acurada dos setores econômicos entre si) indicam que, enquanto a indústria de transformação cresceu naquele período a uma taxa geométrica anual de 8,2% e o Produto Interno Bruto Brasileiro, em termos reais, a uma taxa de 7,9% a.a., a Indústria Extrativa de Produtos Minerais apresentou crescimento de 9,8% ao ano.

Daí ter o Secretário Benivaldo

Em todo o Nordeste são conhecidas atualmente mais 200 ocorrências de minério de tungstênio, numa área de aproximadamente 30.000 km². No Rio Grande do Norte está a maior parte dessas ocorrências e foi nossa primeira descoberta, em 1942, em Serra Negra.

Azevedo afirmou, depois de traçar um rápido perfil da evolução do setor nos últimos 40 anos, que “essa evolução, todavia, não foi acompanhada de um diálogo aberto e franco entre as partes envolvidas, entre todos os interessados, através do qual fosse possível definir os problemas existentes, propondo soluções e traçando caminhos e diretrizes que pudessem e deveriam ser seguidos pela iniciativa privada e pelo Poder Público”.

Mas, em seguida, revelou-se entusiasmado com a situação do Estado, dizendo:

— O reconhecimento de um quadro promissor é patenteado através da estatística mineral da Região. Na área do 4º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral — abrangendo de Alagoas ao Piauí — o Rio Grande do Norte é o Estado com maior valor de produto mineral “per capita”, na ordem de US\$ 16,03 de acordo com dados de 1975. O Estado mais próximo da posição do Rio Grande do Norte era Alagoas, com apenas 84 centavos de dólar. A média da própria Re-

gião foi de apenas US\$ 1,97 ou seja, em oito vezes superior à média do nosso Estado.

E completou o quadro afirmando que “a consciência do potencial de mineração do Rio Grande do Norte determinou a inclusão do setor como prioritário no Programa de Governo. Algumas medidas de ordem prática já foram tomadas no sentido de dar consequências imediatas àquela decisão. São citáveis, dentro outras, as seguintes providências: reformulação do Fundo de Minérios do Rio Grande do Norte-Fundeminas, com a ampliação de suas finalidades e atividades; elaboração do Cadastro de Ocorrências Minerais, a fim de permitir o conhecimento ordenado e sistemático da realidade setorial; fortalecimento da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais do Rio Grande do Norte — CDM/RN, com o aumento do seu capital e redefinindo a sua ação para o setor; realização de pesquisas em áreas prioritárias, com o objetivo de facilitar a sua posterior exploração pela iniciativa privada, através da transferência por licitação pública; implantação de serviços básicos necessários ao melhor desempenho das empresas de mineração e, ainda, a criação de linhas específicas de financiamento para a mineração no BDRN”.

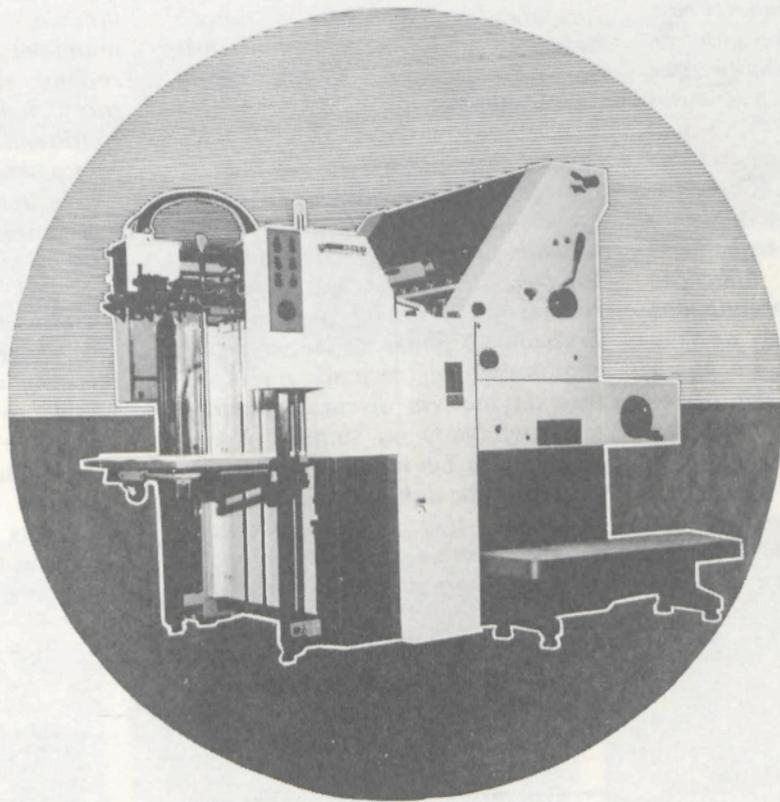
Os resultados dos debates foram levados ao conhecimento do Ministro das Minas e Energia através de um relatório elaborado por técnicos e empresários do setor. Sinal de que o 1º Simpósio Nacional Sobre Tungstênio serviu para despertar a política de mineração do Estado, com o início daquele diálogo que estava faltando e a tomada de posições com vistas a sensibilizar o Governo central. Afinal, pelas aplicações do tungstênio em tão variados setores da tecnologia, é fora de dúvida que ele poderá, num futuro bem próximo, pesar muito na economia do Rio Grande do Norte.

**se você tem pressa,
use o telefone!**



TELERN
GRUPO TELEBRAS

gráfica re-econômico



dez anos na frente!

**Rua Dr. José Gonçalves, 687
Fones: 231-1873 e 231-3576
Natal-RN**

O fim do prejulgado trabalhista

O prejulgado, na Justiça Trabalhista, significou, até o dia 12 de maio do ano corrente, a total impossibilidade da parte discutir teses relacionadas com o pacto laboral. O Supremo Tribunal Federal, acolhendo brilhante voto do Ministro Xavier de Albuquerque decidiu, naquela data, nos autos da Representação nº 946, provocada pela Federação Nacional dos Bancos e Federação do Comércio do Estado de São Paulo, eliminar a técnica jurídico-trabalhista a obrigatoriedade de aplicação automática dos 56 prejulgados atualmente vigentes. A decisão altera substancialmente, de agora por diante, a discussão das matérias submetidas ao judiciário trabalhista.

Em verdade, o dispoto no artigo 902 § 1º, da Consolidação das Leis Trabalhistas, agasalhava norma

inteiramente conflitante com a Constituição Federal, cabendo, em consequência, a declaração de inconstitucionalidade, embora tardia, pois durante 31 anos os prejulgados usurparam a função legislativa, na medida que obrigavam o contencioso trabalhista a respeitá-los.

A Lei 5.584, de 26.6.1970 reforçou exageradamente a compulsoriedade de aplicação do prejulgado trabalhista, quando assegurou ao Relator, nos casos de recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, o poder de negar prosseguimento ao recurso, na hipótese da matéria discutida contrariar prejulgado ou sumula. Nota-se que essa Lei ampliou a área de vedação do debate, incluindo a sumula, tida, anteriormente, como coletânea de jurisprudência preponderante no TST, orientando

apenas os exegetas da legislação trabalhistas.

O aspecto de inconstitucionalidade do art. 902 § 1º, da CLT, que suscitou a Representação, vinculou-se ao prejulgado 52, que mandava computar no cálculo do repouso remunerado as horas extras habitualmente prestadas, conflitando, flagrantemente, com o art. 7º da Lei 605, de 1949.

Desaparecendo a força normativa e obrigatoria dos prejulgados é de se supor grande movimentação no judiciário trabalhista, quando, com certeza, varias teses surgirão, impondo maior dinâmica decisória a essa Justiça Especial. Afinal, o ordenamento constitucional e jurídico da Nação não pode prescindir da pesquisa permanente, vinculada a descoberta de novas técnicas adaptadas a dinâmica do processo desenvolvimentista da Nação.

JURISPRUDENCIA ATUALIZADA

★GRUPO ECONOMICO

"Havendo grupo economico não é válida a rescisão do contrato de trabalho com uma empresa, passando a trabalhar para outra" (TRT-1ª. Região - Ac. 1º. T. 1407/76 - in LTr Trabalhista 03/77)

★SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

"Alíquota minorada do Imposto de Renda. Para gozarem do fâvor fiscal as sociedades jurídicas civis devem comprovar serem os

seus sócios da mesma profissão liberal da atividade explorada e, que todos participem com o seu trabalho pessoal na execução desses serviços profissionais" (Recurso 69.544 — Primeiro Conselho de Contribuintes).

★IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

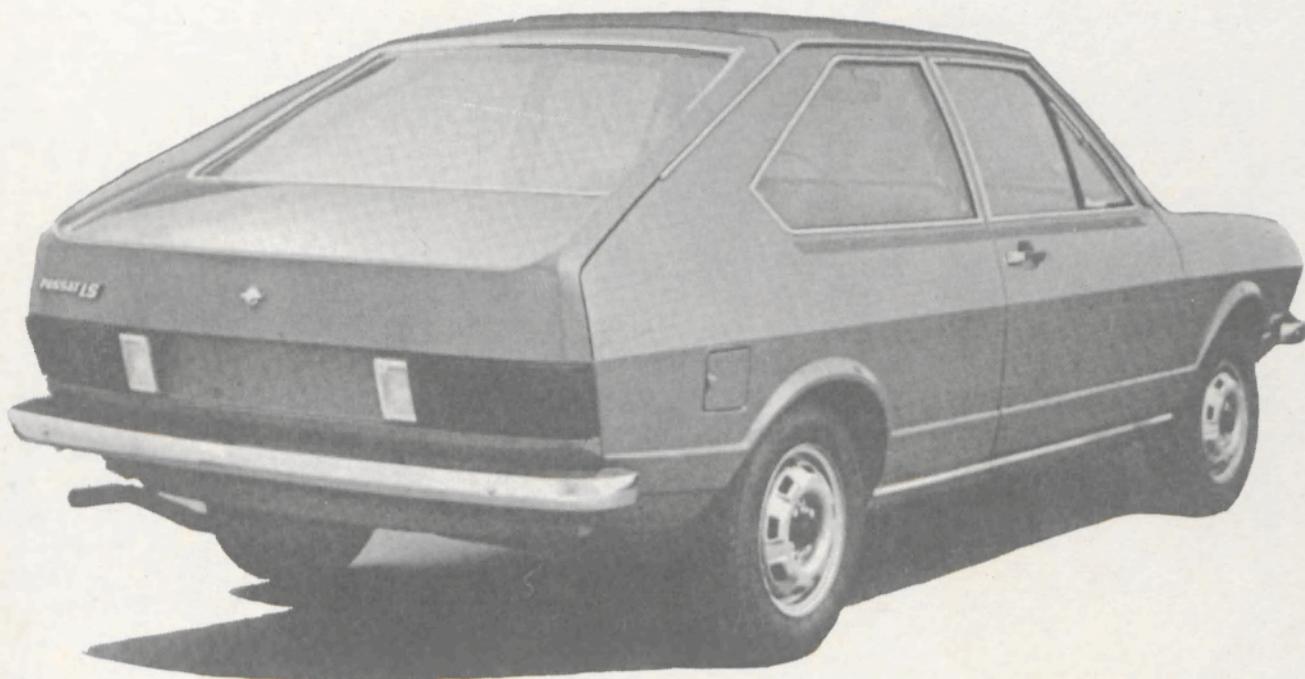
"O imposto sobre serviços não incide sobre os depósitos, as comissões e taxas de desconto, cobrados pelos estabelecimentos bancários (Súmula nº 588, do STF, aprovada na sessão de 15.12.1976).

★EXECUTIVO FISCAL

"Nulidade. Não ocorre em executivo fiscal porque o saneador e audiência são dispensáveis em tais tipos de processos" (TFR — ap. 36.311—MG)

★CONSULTAS & SUGESTÕES

para esta coluna devem ser enviadas ao dr. Ney Lopes de Souza no endereço de RN—ECONÔMICO ou do Escritório de Advocacia sito à av. Rio Branco, 571 - sala 1009 (Fone: 222-1226) — Natal—RN



Passat. Tudo o que você espera de um carro para o nosso tempo.

Revendedores autorizados:

MARPAS S/A
Av. Tavares de Lira, 159



**DIST. DE AUTOMÓVEIS
SERIDÓ S/A**
Av. Salgado Filho, 1669

**poupe gasolina.
poupe energia.
poupe divisas.
poupe tempo e dinheiro.
mas não poupe amor.**



caderneta de poupança Banorte

agora também em Mossoró